



UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

DISSERTAÇÃO

**ANÁLISE SOBRE AS CLASSES SOCIAIS EM ANGOLA:
UM ESTUDO A LUZ DO CENSO POPULACIONAL 2014**

Autor: Francisco Destino

Orientação :

Professor Doutor: Virgílio Borges Pereira

Professora Doutora: Amélia Polónia

Porto, 2023



UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

ANÁLISE SOBRE AS CLASSES SOCIAIS EM ANGOLA:

UM ESTUDO A LUZ DO CENSO POPULACIONAL 2014

Autor: Francisco Destino

Trabalho apresentado como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudos Africanos pela Universidade do Porto sob a orientação do Professor Doutor: Virgílio Borges Pereira e da Professora Doutora: Amélia Polónia

Porto, 2023

Dedicatória

Ao António Libório.
Estarás eternamente no meu coração

Agradecimento

Antes de tudo, expresso a minha profunda gratidão a Deus Todo-Poderoso, o Criador dos céus e da terra, pois sem Ele nada disso teria sido possível. A Ele devo a minha existência e tudo o que faço e o que sou.

Nos anos dedicados ao meu mestrado, foi necessário um esforço incansável, estudo constante e dedicação inabalável. Seria injusto da minha parte não reconhecer e expressar a minha profunda gratidão às pessoas que estiveram ao meu lado ao longo desta jornada desafiante, inspirando-me de formas diretas e indiretas, sustentando-me com palavras encorajadoras e atos que me impulsionaram a continuar a acreditar num futuro promissor. Este mestrado foi realizado sob condições extremamente difíceis, tanto a nível socioemocional quanto prático.

Parece quase um milagre, mas aconteceu. Por isso, neste momento, quero partilhar, através destas palavras sinceras, um pouco da importância que cada uma dessas pessoas teve e continuará a ter ao longo da minha vida.

Em primeiro lugar, quero expressar a minha profunda gratidão aos meus pais, Garcia Destino e Luísa Lukau, por serem seres humanos verdadeiramente inspiradores, repletos de amor, que nunca me desapontaram quando busquei conforto, orientação e apoio, especialmente nos momentos mais desafiantes em Portugal. A solidão avassaladora me levava a questionar a existência e o propósito da vida, mas os meus pais sempre estiveram lá para me guiar com orações e conselhos sábios.

Quero estender os meus agradecimentos a alguém muito especial, alguém que esteve extremamente atento e que, quando eu não tinha absolutamente nenhum recurso para iniciar o mestrado, se prontificou a patrocinar os meus estudos. Sem ele, este trabalho não teria sido possível. Muito obrigado, General Miala.

Aos meus irmãos Rosa Destino, que é como uma segunda mãe para mim, sempre presente nos momentos mais sombrios; Júnior Destino, meu irmão e amigo de todas as horas; Clementina Destino, que sempre me amparou com suas orações e um coração

nobre cheio de amor; Guy Destino, Olga Destino e Isabel Destino, meu sincero agradecimento por desejarem sempre o melhor para mim e por apoiarem-me ao superar cada dificuldade ao longo da minha jornada. A vocês, minha família, serei eternamente grato.

Gostaria também de agradecer e pedir desculpas aos meus maravilhosos filhos, Stélvio Destino e Victória Destino, que ficaram privados da presença do pai durante este período. Eles talvez não tenham compreendido completamente a razão pela qual o pai estava ausente, mas as suas mensagens simples, cheias de carinho e amor, sempre enchiam o meu coração de alegria.

À minha querida professora, Amélia Polónia, minha orientadora e mais do que uma professora, uma humanista extraordinária que me ensinou lições profundas sobre empatia e cuidado com os outros. Lembro-me vivamente de como as suas palavras e ajuda me impactaram e inspiraram em um dos momentos mais difíceis. Expresso aqui o meu profundo agradecimento pela sua paciência, pelo amor que carrega no coração e pela forma como trata aqueles que talvez não tenham nada para oferecer em troca. Sou profundamente grato.

Agradeço de igual modo ao professor Virgílio, pela sua presença constante, simplicidade e generosidade ao atender às minhas solicitações no processo de orientação para a conclusão da minha Tese de mestrado.

À Nazira Alves, a que rapidamente, tornou-se uma irmã, contribuindo de forma sincera e ativa, para que este sonho se materializasse.

Agradeço igualmente à Katila Neto pelo empenho incansável, força e dedicação, e, acima de tudo, pela presença constante e pelo seu desejo sincero de que tudo corresse da melhor forma possível.

Agradeço a todos os que colaboraram direta ou indiretamente para a realização deste feito notável. A vossa contribuição é inestimável.

Com gratidão eterna,

RESUMO

Este estudo concentra-se nas classes sociais em Angola uma vez que a compreensão de suas nuances é crucial para enfrentar os desafios socioeconômicos do país. Tem como objetivo geral analisar as classes sociais em Angola, utilizando dados do Censo Populacional de 2014. Os objetivos específicos incluem a caracterização das classes sociais, a identificação de fatores determinantes e a avaliação de suas implicações no desenvolvimento socioeconômico. Empregou-se uma abordagem quantitativa, exploratória e descritiva. A pesquisa quantitativa possibilitou a análise de dados numéricos, enquanto a pesquisa exploratória aprofundou nosso entendimento sobre o tema emergente. A pesquisa descritiva permitiu uma análise minuciosa, especialmente em relação a renda, educação, ocupação e outros fatores. Os resultados revelaram uma complexa estrutura de classes sociais em Angola, com marcada desigualdade de renda e oportunidades. Fatores como a guerra civil e o recente desenvolvimento econômico influenciaram significativamente a formação dessas classes. Notavelmente, a classe média está emergindo como um ator-chave na redução das desigualdades sociais. Este estudo destaca a importância de compreender as classes sociais em Angola. A análise das classes sociais é fundamental para moldar políticas públicas destinadas a reduzir a desigualdade social e promover o desenvolvimento inclusivo. O Censo de 2014 forneceu uma base sólida para essa análise.

Palavras-chave: Classes sociais, Angola, Censo Populacional, Desenvolvimento Socioeconômico.

ABSTRACT

This study focuses on social classes in Angola, as understanding their nuances is crucial to addressing the country's socioeconomic challenges. Its general objective is to analyze social classes in Angola, using data from the 2014 Population Census. The specific objectives include characterizing social classes, identifying determining factors and assessing their implications for socioeconomic development. A quantitative, exploratory and descriptive approach was used. Quantitative research enabled the analysis of numerical data, while exploratory research deepened our understanding of the emerging theme. The descriptive research allowed for a thorough analysis, especially regarding income, education, occupation and other factors. The results revealed a complex structure of social classes in Angola, with marked inequality of income and opportunities. Factors such as the civil war and recent economic development significantly influenced the formation of these classes. Notably, the middle class is emerging as a key player in reducing social inequalities. This study highlights the importance of understanding social classes in Angola. The analysis of social classes is essential to shape public policies aimed at reducing social inequality and promoting inclusive development. The 2014 Census provided a solid basis for this analysis.

Keywords: Social classes, Angola, Population Census, Socioeconomic Development.

Índice de Gráficos

Gráfico 1: População por províncias. Fonte INE.	51
Gráfico 2: Província com taxa mais alta de população. Fonte: INE.	61
Gráfico 3: Índice de rejuvenescimento da população activa por província, 2014. Fonte: INE.	62
Gráfico 4: População empregada, segundo a principal atividade. Fonte: INE.	64
Gráfico 5: Taxa de emprego, segundo grupos etários e sexo. Fonte: INE.	66

Índice de tabelas

Tabela 1: Habitações familiares por províncias e áreas de residência, segundo o regime de ocupação	41
Fonte: INE, RGPH 2014, Resultados Definitivos.	
Tabela 2: População residente empregada com 15 ou mais anos de idade por ocupação principal, segundo o grupo de idade e sexo. Fonte: INE	44
Tabela 3: Alunos matriculados na alfabetização e ensino secundário de 2008 a 2012. Fonte: Ministério da Educação.	46
Tabela 4: Índice de rejuvenescimento. Fonte: INE.....	47
Tabela 5: População com 15 ou mais anos que sabe ler e escrever por área de residência, segundo sexo.....	52
Tabela 6: Indicadores dos níveis de educação e ensino por área de residência e sexo. Fonte: INE	53
Tabela 7: Regime de ocupação por província. Fonte: INE, RGPH 2014, Resultados Definitivos.....	56
Tabela 8: Uso das tecnologias de Informação e comunicação. Fonte: INE.....	57
Tabela 9: taxa de atividade por sexo. Fonte: INE.	63
Tabela 10: População residente empregada com 15 ou mais anos de Idade por população por idade e sexo. Fonte: INE.	67

ÍNDICE

Índice de tabelas.....	IX
RESUMO.....	VI
ABSTRACT	VII
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I - AS CLASSES SOCIAIS EM MARX, WEBER E BORDIEU	15
1.1 Classes Sociais.....	15
1.3 Weber e a estratificação social.....	17
1.4 Evolução das Teorias Estruturais-Funcionalistas na Sociologia	19
1.5 Evolução das Teorias sobre a Classe Média	21
1.3 A Importância dos Títulos e Sua Relatividade na Reprodução Cultural	22
1.3.1 Classe média ou classe de serviço	24
1.3.2 Títulos Acadêmicos e a Complexa Teia da Mobilidade Social	25
1.4 Características dimensionais e <i>habitus</i> das classes.....	27
1.5 A classe média e a transformação de processos sociais	29
1.6 Velhos problemas em torno da classe média.....	30
CAPÍTULO II – CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE ANGOLANA	33
2.1. Contextualização da realidade angolana.....	33
2.2. Mobilidade social em Angola	36
2.3. Análise dos dados do censo de 2014.....	38
2.4. Análise da estrutura social angolana	42
2.5. Os fluxos migratórios internos e a característica populacional em Angola	48
2.6. Os níveis de escolaridade	51
2.7. A problemática da habitação.....	55
2.10. Uma nova constituição socioprofissional	61
2.12. As características da estrutura socioprofissional	66

2.13. A dinâmica das transformações sociais em Luanda	69
CAPÍTULO III – SUGESTÕES E CONCLUSÃO	72
3.1. Sugestões	72
Conclusão.....	74
Bibliografia.....	76

INTRODUÇÃO

As classes sociais representam uma dimensão fundamental na compreensão das dinâmicas sociais e da estrutura da sociedade. Em Angola, especificamente o estudo das classes sociais ainda é um campo relativamente incipiente, apesar da sua relevância para a compreensão dos desafios socioeconômicos enfrentados pelo país. A cidade de Luanda, como a capital e o principal centro econômico de Angola, desempenha um papel central na análise das classes sociais e na formulação de políticas públicas direcionadas para a redução das desigualdades sociais e o fomento do desenvolvimento social e econômico.

Este estudo tem como objetivo geral analisar as classes sociais em Angola, com base nos dados do Censo Populacional de 2014. Os objetivos específicos incluem a caracterização das classes sociais no país, levando em consideração variáveis cruciais, como renda, educação, ocupação e nível de vida. Além disso, busca-se identificar os fatores que contribuem para a formação dessas classes sociais e avaliar as implicações das mesmas para o desenvolvimento social e econômico de Angola.

A justificação para a realização deste estudo reside na importância das classes sociais como categoria sociológica essencial para a compreensão da estrutura social de Angola, bem como para o delineamento de políticas públicas mais eficazes. A pesquisa será fundamentada nos dados do Censo Populacional de 2014, conduzido pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola, que oferece informações cruciais para uma análise aprofundada das classes sociais em Angola. A compreensão dessas classes e de suas dinâmicas é fundamental para o enfrentamento das desigualdades sociais e a promoção do desenvolvimento inclusivo.

Metodologicamente, este estudo adotará uma abordagem de pesquisa quantitativa, exploratória e descritiva. A pesquisa quantitativa permitirá a coleta e análise de dados numéricos, sendo apropriada para a investigação de fenômenos complexos, como as classes sociais. A pesquisa exploratória fornecerá uma compreensão mais profunda do tema, especialmente relevante quando se lida com um campo ainda em

desenvolvimento. A pesquisa descritiva permitirá a caracterização detalhada das classes sociais em Angola, destacando variáveis como renda, educação, ocupação e outras.

A metodologia seguirá o método hipotético-dedutivo, partindo de hipóteses específicas que serão empiricamente testadas. Para conduzir a análise, utilizar-se-á o nível de procedimento de análise documental, focado na avaliação dos dados do Censo Populacional de 2014.

As variáveis dependentes deste estudo incluem renda, educação, ocupação e outros fatores, que auxiliarão na compreensão das dinâmicas das classes sociais. A variável independente central é a classe social, que será utilizada para explicar as variações nas variáveis dependentes.

O trabalho conta com 3 capítulos:

No primeiro capítulo são exploradas as teorias de três renomados pensadores sociais: Karl Marx, Max Weber e Pierre Bourdieu. Essas perspectivas fornecem a base teórica fundamental para a compreensão das classes sociais e das dinâmicas sociais subjacentes. Marx concentra-se na luta de classes e na importância dos meios de produção na formação de classes. Weber amplia a análise ao considerar fatores como status e poder na estratificação social. Além disso, outras perspectivas, como a visão estrutural-funcionalista, que enfatiza a estabilidade na sociedade, são examinadas, assim como a ilusão de classe associada a títulos e status.

No segundo capítulo, o foco é voltado para Angola e seu contexto específico. São apresentados o cenário socioeconômico e político do país, destacando sua importância para o estudo das classes sociais. São analisados os dados do Censo Populacional de 2014, uma fonte valiosa de informações para a pesquisa. Além disso, a estrutura social angolana é investigada, considerando fatores como mobilidade social, níveis de escolaridade e desafios habitacionais. Também é discutida a dinâmica das transformações sociais em Angola, e seu impacto nas classes sociais.

O terceiro capítulo apresenta sugestões e conclusões com base nas análises realizadas anteriormente. São propostas recomendações direcionadas a diferentes atores,

incluindo o governo, empresas e a sociedade civil, para abordar questões relacionadas às classes sociais em Angola. Essas sugestões visam a redução da desigualdade social e o desenvolvimento econômico e social do país. Além disso, são resumidas as principais descobertas e conclusões do estudo, enfatizando a importância da compreensão das classes sociais para a formulação de políticas públicas eficazes e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Este estudo visa preencher uma lacuna no entendimento das classes sociais em Angola, contribuindo para uma visão mais abrangente das dinâmicas sociais e econômicas do país.

CAPÍTULO I - AS CLASSES SOCIAIS EM MARX, WEBER E BORDIEU

1.1 Classes Sociais

O debate sobre as classes sociais é um tema complexo, com diversas interpretações. Dada a dificuldade em definir objetivamente o conceito de classe social, é importante apresentar as ideias-base dos teóricos considerados como os percussores neste domínio, a fim de obter uma linha de evolução das abordagens teóricas e conceptuais sobre o tema.

Marx analisou o capitalismo como um sistema económico que se baseia na exploração do trabalho. Para ele, na sua forma básica, as classes sociais são divididas em duas: a burguesia, que é a classe dominante, e o proletariado, que é a classe trabalhadora.

A burguesia é a classe que detém os meios de produção, como as fábricas, os equipamentos e o capital. O proletariado é a classe que vende sua força de trabalho à burguesia em troca de um salário.

A exploração do trabalho ocorre quando o proletariado produz mais valor do que é pago em salário. Esse valor excedente é chamado de mais-valia e é apropriado pela burguesia.

A luta de classes é um conceito central na teoria de Marx. Ele acreditava que a história se desenvolve através da luta entre as classes sociais. A luta de classes é fundamentalmente uma luta por poder e recursos. "A história de todas as sociedades até hoje é a história da luta de classes". (Karl Marx, 1996, p. 20).

Weber também abordou o conceito de classe social, mas ele a definiu de forma diferente de Marx. Para Weber, a classe social é um grupo de indivíduos que compartilham uma posição similar no mercado de bens e serviços. As classes sociais económicas são baseadas na renda, na propriedade e no poder.

Weber complementou a sua abordagem das classes no mercado com a identificação de outras esferas de poder e de estratificação, neste caso, através do status e dos partidos, remetendo para a autoridade. A estratificação pelo status é baseada em fatores como a educação, o prestígio e o estilo de vida.

Weber acreditava que as classes sociais são importantes para entender a estratificação social, que é a estrutura social que classifica as pessoas em diferentes grupos de acordo com seu status, poder e riqueza.

Para Max Weber (1974, p. 927) "Uma classe social é uma categoria de indivíduos que compartilham uma posição semelhante no mercado de bens e serviços."

As ideias de Marx e Weber sobre as classes sociais tiveram um impacto profundo na sociologia. E se constituir na base da abordagem nesta nossa nesta dissertação.

1.2 Karl Marx e as classes sociais

Marx não conceitua de forma direta as classes sociais, mas fá-lo indiretamente ao formular a ideia do que entende por modo de produção. Para Marx (1996), o modo de produção tem duas componentes: as forças produtivas disponíveis e as relações de produção. As forças produtivas são constituídas pelos trabalhadores, com a sua capacidade de trabalho ou força de trabalho (capital humano) e pelos meios de produção. Esta classificação dos modos de produção é que dá origem ao debate sobre as classes sociais.

Vianna (2012) por exemplo também refere que, para Marx, a temática das classes sociais é um dos temas mais complexos, apesar de ser uma questão fundamental para o seu pensamento, e que está presente em toda a sua obra, não recebeu uma discussão conceitual e específica da parte dele.

A visão de Estanque e Mendes (1997) vem confirmar a tónica destas complexidades, assegurando que o conceito de classe social para Marx é definido de forma coerente em termos abstractos, mas, quando se olha a realidade, as classes sociais aparecem ou fraccionadas ou combinadas com lógicas e conflitualidade de natureza diferente o que as torna num fenómeno de características difusas e de difícil visualização.

Embora o próprio Marx não tenha fornecido uma definição elaborada de classe, as elaborações que foram propostas no campo marxista estão, como se sabe, profundamente impregnadas pelo pensamento do autor. A contradição tem sido aliás, abundantemente detetada na obra de Marx, isto é, à visão dicotómica da definição abstrata é possível contrapor a pluralidade de classes e frações de classe por ele enumerado no quadro dos seus estudos históricos. (Giddens, 1981; Marx, 1975)

Como ponto ilustrativo das ambiguidades, reparemos no que Elísio Estanque (2015) refere sobre o pensamento de Karl Marx em relação às classes de transição a que se referia na sua obra:

“As lutas de classes, eram vistas como o principal suporte dos interesses das classes dominantes, dispostas a procurar o conforto, tentando abastecer-se no mesmo “balcão” em que a burguesia tratava de seus negócios. Noutros momentos, porém, considerava-as como fracções e segmentos em transição do período manufatureiro para o capitalismo industrial e destinadas a integrar o proletariado”¹.

Com tudo isso, o que se pretende na verdade demonstrar, não é a dificuldade na definição concreta do conceito de classe social, e de tudo a que dele emana. O que interessa é de facto demonstrar que apesar de todas as complexidades levantadas, ainda assim é possível encontrar uma categorização implícita ao conceito de classe social, que nos permitirá proceder o seu estudo, e consequentemente atingir os objectivos preconizados.

1.3 Weber e a estratificação social

A estratificação social é um tema abordado de maneira complexa, com perspectivas diversas que resultam em interpretações variadas. Para compreender essa complexidade e a evolução das abordagens teóricas, é fundamental começar por explorar as ideias de teóricos que se destacaram na análise desse fenómeno.

Max Weber desempenhou um papel fundamental no estudo da estratificação social. Ele argumentava que qualquer discussão sobre estratificação social deve começar com a compreensão do conceito de poder. Weber definiu o poder como "a possibilidade de

¹ <https://journals.openedition.org/spp/2675>

um indivíduo ou grupo de indivíduos realizar sua própria vontade em uma ação comunitária, mesmo contra a resistência de outros participantes da ação" (Weber, 1974, p. 211).

A situação de classe, segundo Weber, é determinada pelo tipo de propriedade utilizada para a obtenção do lucro e pelos tipos de serviços oferecidos no mercado. As categorias básicas que orientam essa definição são proprietários e não-proprietários. Para Weber, a situação de classe está intrinsecamente ligada ao mercado, sendo, em última instância, uma situação no mercado (Weber, 1974:214).

As contribuições de Weber para as teorias da estratificação social são notáveis. Ele introduziu conceitos-chave, como classe, grupo de status e partidos², que se tornaram pontos de partida cruciais para o desenvolvimento dessas teorias (Estanque, 2015). Esses conceitos representam esferas sociais relativamente autônomas: a economia, a sociedade e a política, todas com desigualdades específicas de poder e privilégio.

É importante ressaltar que, à semelhança de Karl Marx, Weber desenvolveu uma teoria abstrata das classes, baseada em categorias analíticas como classes de propriedade e classes de produção. No entanto, essas categorias não representam diferentes classes no sentido substantivo, mas sim diferentes dimensões nas desigualdades socioeconômicas (Estanque, 2015).

Weber enfatiza que as desigualdades sociais são multidimensionais. Um indivíduo com grande riqueza pode ou não possuir um alto status, e o inverso também é verdadeiro. As desigualdades sociais abrangem uma variedade de dimensões identificadas por Weber (Estanque, 2015).

No pensamento weberiano, as classes não se constituem necessariamente em grupos altamente distintos. Embora compartilhe com Marx a ideia de que no capitalismo moderno, centrado na racionalidade, economia e ação de mercado, a classe possa

² Quanto aos Partidos, a noção de Weber não deve confundir-se com os atuais partidos políticos, embora existam aqui pontos e contactos. Os partidos correspondem a grupos de interesse que, no âmbito de uma dada instituição ou sociedade, se organizam e definem estratégias alianças com vista a condicionar decisões ou alcançar o poder no seio dessa sociedade ou instituição. A esfera do poder político remete para os partidos (a política), enquanto a esfera do social e do simbólico remete para os grupos de status (a sociedade), dimensões que Weber mantinha com uma relativa autonomia.

influenciar filiações de status com base em capital e propriedade, Weber rejeita qualquer determinismo nesse aspecto (Estanque, 2013).

Weber argumenta que as lutas de classes são determinadas pelas ações comunitárias de indivíduos na mesma situação de classe, buscando melhores acessos ao mercado. Portanto, as verdadeiras determinantes das lutas de classes são a guerra de preços, salários, produtos e as condições do mercado (Weber, 1974).

Nesse contexto, a compreensão das contribuições de Max Weber para o estudo da estratificação social revela a riqueza e a complexidade desse tema fundamental nas ciências sociais.

1.4 Evolução das Teorias Estruturais-Funcionalistas na Sociologia

Na sociedade, assim como nos corpos vivos, o crescimento na massa frequentemente está acompanhado de um aumento na complexidade da estrutura. Um traço distintivo da evolução tanto nos organismos vivos quanto nas sociedades é a integração, em que partes separadas cooperam para formar um todo coeso. Conforme progredimos de pequenos grupos para grupos maiores, de grupos simples para grupos complexos, a diversidade das partes aumenta. O que inicialmente pode ser homogêneo, em pequena escala, tende a se tornar heterogêneo com o crescimento, adquirindo maior complexidade (Andreski, 1971, pp. 126-7).

A partir dessa constatação, as teorias estruturais-funcionais buscam explicar o funcionamento da sociedade a partir das ações sociais. Isso significa compreender como as ações individuais contribuem para a estabilidade social, gerando papéis sociais que, por sua vez, resultam em instituições sociais.

As principais ideias do estrutural-funcionalismo

As principais ideias do estrutural-funcionalismo são:

- A integração social: refere-se à cooperação interna das partes que compõem um todo, seja um organismo vivo ou uma sociedade.

- A diferenciação social: refere-se à divisão do trabalho dentro do todo, em que cada parte desempenha uma função específica.
- A ordem social: é o estado de equilíbrio e harmonia da sociedade, em que as diferentes partes funcionam em harmonia.
- A estabilidade social: é a capacidade da sociedade de resistir às mudanças e manter seu status quo.

Os principais autores estrutural-funcionais são:

- Herbert Spencer: foi um filósofo e sociólogo inglês que desenvolveu a teoria da evolução social.
- Émile Durkheim: foi um sociólogo francês que estudou a divisão do trabalho e a solidariedade social.
- Talcott Parsons: foi um sociólogo americano que desenvolveu uma teoria geral da ação social.

O estrutural-funcionalismo foi criticado por vários motivos, incluindo:

- O viés individualista e idealista: o estrutural-funcionalismo é acusado de conceber a sociedade como um agregado de indivíduos isolados, que cooperam de forma harmoniosa para manter a ordem social. Essa visão é criticada por ignorar o papel do conflito social e da luta de classes na dinâmica social.
- A ênfase na ordem e na estabilidade: o estrutural-funcionalismo é acusado de ser excessivamente focado na ordem e na estabilidade social. Essa visão é criticada por ignorar o dinamismo da sociedade e o potencial de mudança.
- O desconsideração do papel do poder: o estrutural-funcionalismo é acusado de ignorar o papel do poder na distribuição desigual de recursos e privilégios na sociedade. Essa visão é criticada por oferecer uma visão simplista da realidade social.

As teorias estruturais-funcionais foram uma importante contribuição para a sociologia, fornecendo uma visão abrangente do funcionamento da sociedade. No entanto, as críticas ao estrutural-funcionalismo levaram ao desenvolvimento de outras teorias sociológicas, como o conflito social e a teoria crítica.

1.5 Evolução das Teorias sobre a Classe Média

A classe média, historicamente definida como um estrato social situado entre as classes mais privilegiadas e as menos privilegiadas, tem sido objeto de estudo e análise por diversos pensadores que buscaram uma integração entre as tradições teóricas do marxismo e do weberianismo (Estanque, 2012). Suas análises contraditórias geraram novas perspectivas que demonstraram a necessidade de ampliar o campo analítico, visando uma compreensão mais abrangente dos fenômenos sociais.

Isso significa que as sociedades capitalistas avançadas não podem mais ser compreendidas exclusivamente através da dicotomia entre as duas classes opostas, capital e trabalho. Era necessário considerar a conflitualidade de novas maneiras, de forma mais plural, prestando maior atenção à dimensão subjetiva e ao papel do mercado, sem perder de vista as contradições de poder e os privilégios de diferentes grupos (Estanque, 2012).

Elísio Estanque argumenta que a classe média pode ser vista como uma zona de amortecimento de conflitos, uma vez que os maiores fluxos de mobilidade social se dirigem para essas posições intermediárias na pirâmide social. Diversos pensadores, incluindo Pierre Bourdieu e Frank Parkin, mostraram que a mobilidade social não resulta apenas da igualdade de oportunidades com base no mérito, mas está relacionada aos processos mais amplos de reprodução social e mudança estrutural do sistema (Estanque, 2012).

Pierre Bourdieu, em particular, propôs uma abordagem que representa o mundo social como um espaço multidimensional construído com base na diferenciação e distribuição. Esse espaço é composto por propriedades que conferem poder aos indivíduos no universo social. Cada agente ou grupo de agentes ocupa uma posição específica nesse

espaço, e a interação entre essas posições é crucial para entender as relações sociais (Bourdieu, 1989).

Bourdieu distingue entre diferentes tipos de capitais que os agentes sociais possuem. O capital social é gerado pelas relações sociais que os indivíduos desenvolvem, o capital cultural envolve conhecimento e reconhecimento, e o capital econômico está relacionado à quantidade de bens que possuem (Bourdieu, 1989).

No espaço social, os indivíduos constroem identidades e posições sociais com base nesses capitais. As diferenças e posições sociais são percebidas através dessas identidades. Portanto, a compreensão das diferenças de status é essencial para entender a complexidade das estruturas sociais (Estanque, 2012).

Estanque também destaca a inconsistência de status, onde indivíduos podem possuir atributos pessoais que não estão em consonância, como riqueza e baixa educação, ou recursos limitados por trás de títulos prestigiados. Essa inconsistência pode resultar em perturbações e desequilíbrios disfuncionais na vida social (Estanque, 2012).

Além disso, as trajetórias de mobilidade social podem revelar disparidades entre famílias ou indivíduos que, em um determinado momento, ocupam a mesma posição social, mas têm trajetórias diferentes ou opostas. Isso pode levar a representações e atitudes distintas, apesar da posição social semelhante em um dado momento (Estanque, 2012).

Essas perspectivas teóricas, incluindo a abordagem de Bourdieu, enriquecem a compreensão da classe média e destacam a complexidade das estruturas sociais nas sociedades industriais avançadas. Elas também ressaltam a importância de considerar não apenas os recursos materiais, mas também os recursos simbólicos e culturais na análise das classes sociais.

1.3 A Importância dos Títulos e Sua Relatividade na Reprodução Cultural

A discussão sobre a importância dos títulos acadêmicos na sociedade contemporânea remete-nos a reflexões profundas sobre a relação entre o capital cultural herdado da família e o capital escolar, conforme delineado por Bourdieu (2010). Bourdieu

argumenta que a aquisição de títulos acadêmicos não pode ser vista apenas como resultado da ação do sistema escolar, mas sim como um produto complexo das interações entre a transmissão cultural familiar e a transmissão cultural escolar. Essa interação entre essas duas esferas culturais é fundamental para entender como os títulos se tornam símbolos de distinção na sociedade.

O autor ressalta que o capital cultural herdado da família desempenha um papel crucial na obtenção de títulos acadêmicos. O sistema escolar é mais eficaz naqueles que já possuem um capital cultural significativo, herdado de suas famílias. Em outras palavras, a educação formal tende a reforçar as vantagens daqueles que já têm vantagens culturais

Uma das observações interessantes feitas por Bourdieu é a ideia de que

“as nobrezas culturais são essencialistas. Elas veem a existência como uma manifestação da essência cultural e atribuem valor não às ações específicas, mas à capacidade de manifestar claramente essa essência. Isso resulta na imposição de altos padrões e expectativas sobre si mesmas, uma espécie de "noblesse oblige" cultural” (Bourdieu, 2010, p. 28).

Essa dinâmica também se manifesta em momentos de crise, quando os mais privilegiados, que estão profundamente ligados às tradições culturais, são os mais relutantes em mudar suas estratégias. Eles podem se tornar vítimas de seus próprios privilégios, recusando-se a abandonar práticas que estão em desacordo com a nova realidade.

Outro ponto relevante destacado por Bourdieu é o efeito de allocation (atribuição) e atribuição estatutária. Isso significa que

“A instituição escolar, ao conferir títulos e posições sociais, está implicitamente atribuindo status cultural. Os títulos acadêmicos não apenas indicam a conclusão bem-sucedida de um programa educacional, mas também conferem um certo estatuto cultural que está ligado às posições sociais associadas a esses títulos” (Bourdieu, 2010, p. 30).

Assim, para o Autor o título acadêmico não é apenas uma marca de conquista educacional; é também um conjunto de condições de existência que moldam a disposição estética e estabelecem uma ligação com o universo da cultura legítima. A

educação formal, portanto, não apenas transmite conhecimento, mas também molda atitudes, valores e disposições que são socialmente reconhecidas e valorizadas.

Em resumo, os títulos acadêmicos desempenham um papel fundamental na reprodução cultural, não apenas como certificados de habilidades e conhecimentos, mas como símbolos de distinção social e cultural. A relação complexa entre a família, a escola e a sociedade em geral molda a maneira como os títulos são adquiridos e valorizados, e essa dinâmica é essencial para entender a estrutura social contemporânea.

1.3.1 Classe média ou classe de serviço

A classe média desempenha um papel fundamental na dinâmica da sociedade contemporânea. A visão convencional dessa classe frequentemente a retrata como uma classe de serviço, na qual os empregados prestam serviços às empresas empregadoras em troca de uma série de compensações que transcendem o mero salário. Esta perspectiva lança luz sobre uma série de elementos prospectivos que definem o compromisso entre empregados e empregadores, incluindo aumentos salariais, segurança no emprego, assistência e oportunidades de carreira bem definidas (Erikson e Goldthorp, 1992 pp. 41-42).

No entanto, ao longo das últimas décadas, a classe média tem passado por mudanças substanciais que vão além dessa visão tradicional. A heterogeneidade sempre foi uma característica intrínseca dessa classe, mas a ascensão do neoliberalismo e o declínio do Estado de bem-estar social, juntamente com o modelo de produção fordista, desencadearam um aumento notável da instabilidade e fragmentação interna. Essa transformação não se limita apenas às profissões de classe média, mas permeia o mercado de trabalho em sua totalidade (Estanque, 2012).

Tais mudanças têm um impacto profundo na mobilidade social e na estabilidade tradicional associada à classe média, especialmente em períodos de declínio econômico. Indivíduos que anteriormente desfrutavam de posições seguras na estrutura social podem se deparar com perda de poder aquisitivo e ameaças ao seu status social. Embora tenham emergido novos setores de funcionários e trabalhadores qualificados, uma tendência geral aponta para uma maior heterogeneidade dentro desses setores,

enquanto nas camadas superiores da classe média, observa-se uma crescente homogeneização (Esping-Anderson, 1993).

A instabilidade e as tensões entre diferentes segmentos profissionais estão intrinsicamente ligadas ao aumento das desigualdades salariais, uma tendência acelerada pela globalização dos negócios. Isso acentuou as divisões sociais entre aqueles que se beneficiaram da globalização, como a emergente classe transnacional, e aqueles que se tornaram vítimas desse processo. Essas questões deram origem a críticas ao neoliberalismo e reavivaram discussões sobre justiça social (Sen, 2010).

Embora a classe média muitas vezes seja associada à passividade, individualismo e integração, é crucial reconhecer que fenômenos como a mobilidade social e a conflitualidade estão intrinsecamente ligados a essa classe. A construção e o crescimento da classe média assalariada foram, em parte, resultado de sua capacidade organizativa e da luta por melhores condições contratuais e oportunidades profissionais. A classe média não se limitou a mitigar conflitos sociolaborais, mas também desempenhou um papel crucial na conquista de regalias e benefícios por meio de batalhas sindicais (Estanque, 2012).

A classe média está longe de ser uma simples classe de serviço. Ela desempenha um papel complexo e multifacetado na sociedade contemporânea, enfrentando desafios e transformações significativas. Compreender a interação entre a classe média e as mudanças econômicas, sociais e políticas é essencial para analisar o panorama social atual e os caminhos futuros da estratificação social e da justiça.

1.3.2 Títulos Acadêmicos e a Complexa Teia da Mobilidade Social

A sociedade contemporânea é marcada por uma complexa interação entre títulos acadêmicos e mobilidade social. A busca por credenciais educacionais é uma parte fundamental dessa dinâmica, com os títulos acadêmicos servindo como selos de competência específica. No entanto, essa relação não é tão direta quanto parece à primeira vista. Como Pierre Bourdieu (2010) observou, há uma imposição simbólica associada aos títulos acadêmicos, especialmente os mais prestigiosos.

Os títulos acadêmicos, ao certificarem formalmente uma competência, também conferem uma cultura geral, quanto maior e mais respeitado o título, maior a cultura geral presumida. No entanto, essa garantia de competência muitas vezes se estende além do que os títulos podem realmente assegurar. Essa ilusão é reforçada por uma cláusula tácita que se impõe aos detentores desses títulos, levando-os a buscar atributos e realizações que estão estatutariamente associados a esses títulos (Bourdieu, 2010).

O fenômeno da mobilidade social, por sua vez, é influenciado por essa relação complexa com os títulos acadêmicos. Frank Parkin (1971) analisou como os indivíduos que sobem na hierarquia social tendem a perceber seu sucesso como irreversível, enquanto aqueles que descem acreditam que sua experiência negativa é temporária. Isso cria ilusões de recuperação de posição, especialmente para os filhos dos que estão em posições mais baixas. No entanto, essa dinâmica é mais difícil de ser alcançada pelos descendentes dos estratos mais baixos, que muitas vezes estão fadados a permanecer na mesma condição de classe de seus antepassados.

Elisio Estanque (2012) adiciona outra camada de complexidade à discussão, explorando o "efeito escada rolante". Ele ilustra como grupos que avançam nos degraus mais baixos ou intermediários da estratificação social podem perder de vista o fato de que as posições superiores também se movem na mesma direção. Isso significa que, mesmo quando se sobem os degraus, o contexto social pode mudar, tornando o progresso menos significativo. Além disso, ele destaca a desvalorização dos títulos acadêmicos à medida que se tornam mais acessíveis, enfatizando que o tratamento de "Dr." mantém seu peso simbólico.

No entanto, a classe média emerge como um ator fundamental nesse cenário. Estanque (2012) observa que a classe média, muitas vezes, representa um equilíbrio entre diferentes estratos sociais. Ela é vista como um "mundo acessível" para aqueles que conseguiram escapar da miséria, mas ainda não atingiram as alturas da classe alta. Essa visão é moldada pelo discurso de uma sociedade de oportunidades e meritocracia, que valoriza a estabilidade da família, a vida privada e o respeito pela lei e ordem.

Esses mecanismos subjacentes de natureza subjetiva contribuem para dar mais visibilidade aos processos de mobilidade ascendente, enquanto as trajetórias

descendentes tendem a ser subvalorizadas ou percebidas como transitórias (Estanque, 2012).

A relação entre títulos acadêmicos, mobilidade social e a complexa teia de percepções subjetivas é fundamental para entender a dinâmica da sociedade contemporânea. Os títulos acadêmicos, embora certifiquem competências, também carregam consigo uma carga simbólica que vai além do que podem garantir. Essa ilusão de competência muitas vezes alimenta o desejo de alcançar atributos e realizações associados aos títulos.

A mobilidade social, por sua vez, é influenciada por essas ilusões e percepções subjetivas. Aqueles que ascendem tendem a ver seu sucesso como duradouro, enquanto os que descem muitas vezes acreditam que essa é uma situação temporária. Essas dinâmicas podem criar expectativas de recuperação de posição, especialmente para os filhos das camadas mais baixas.

No entanto, a classe média desempenha um papel fundamental nesse cenário, representando um ponto de equilíbrio e estabilidade para muitos. Ela reflete os valores da sociedade de oportunidades e meritocracia, enfatizando a estabilidade da família e o respeito pelas normas sociais.

Em última análise, a complexidade dessa relação entre títulos acadêmicos, mobilidade social e percepções subjetivas é um reflexo da sociedade contemporânea em constante evolução, na qual as ilusões e expectativas desempenham um papel significativo na formação das trajetórias sociais.

1.4 Características dimensionais e *habitus* das classes

A compreensão da estrutura social e das classes sociais exige uma análise cuidadosa da interação entre o capital e diversos fatores que moldam as diferentes esferas da vida social. Pierre Bourdieu (2010) argumenta que o mesmo sistema de propriedades, que determina a posição ocupada no campo das lutas de classes e é por ela determinado, tem o poder explicativo mais abrangente em diversos domínios, como consumo alimentar, práticas de crédito, fertilidade, opiniões políticas e práticas religiosas.

“O capital, seja ele econômico, cultural ou social, é uma relação social que produz seus efeitos no campo em que se encontra. Portanto, cada propriedade associada ao capital recebe seu valor e eficácia das leis específicas de cada campo. Essa relação complexa se desdobra em várias dimensões, incluindo o volume do capital, a estrutura do capital e sua evolução ao longo do tempo” (Bourdieu, 2010).

A distribuição de uma classe particular de bens ou práticas em um campo específico é determinada pela configuração singular do sistema de fatores explicativos. Esse sistema leva em consideração o capital objetivado (propriedades) e o capital incorporado (habitus). Essa configuração define a classe social e serve como um princípio de explicação e classificação universal, definindo o nível ocupado em todos os campos possíveis.

As diferenças primárias entre as classes sociais baseiam-se no volume global do capital, que abrange recursos e poderes efetivamente utilizáveis, incluindo capital econômico, capital cultural e capital social. Essas diferenças se manifestam nas grandes classes de condições de vida, indo desde aqueles com maior capital econômico e cultural até aqueles menos providos desses dois tipos de capital. Membros de profissões liberais com altos rendimentos e diplomas elevados, por exemplo, têm um perfil oposto ao de trabalhadores de escritório com baixos diplomas e rendimentos modestos (Bourdieu, 2010).

É importante considerar a estrutura do patrimônio, que inclui capital econômico, cultural e social, ao analisar as hierarquias de classes. Isso permite observar as diferentes espécies de capital e suas interações. A hierarquia pode ser simétrica, como no caso das profissões liberais que combinam altos rendimentos e capital cultural forte, ou assimétrica, como no caso dos professores, onde um tipo de capital (cultural) predomina sobre o outro (econômico).

A análise da posse de bens, como automóveis, barcos e hotéis, pode complicar a visibilidade dessas hierarquias, pois fatores como a estabilidade na residência e os rendimentos desigualmente distribuídos também entram em jogo. Além disso, quando se trata do capital cultural, a diferenciação segundo a espécie de capital detido (literário, científico ou econômico-político) manifesta-se em interesses culturais variados entre diferentes grupos sociais (Bourdieu, 2010).

Em resumo, a complexa relação entre o capital e a estrutura social é fundamental para entender as hierarquias e diferenças sociais em vários campos da vida. O volume, estrutura e evolução dessas propriedades desempenham papéis essenciais na configuração das classes sociais e na explicação das práticas distintivas em diferentes domínios da sociedade.

1.5 A classe média e a transformação de processos sociais

Para uma compreensão das dinâmicas sociais relacionadas com a classe média, é crucial considerar não apenas o seu contributo para a integração e coesão sistémica, mas também o seu potencial como agente de transformação social (Estanque, 2012). A classe média desempenhou um papel significativo nos processos de mudança das sociedades industriais do século XX, mas a interpretação do significado de sua função nesses processos é frequentemente controversa.

Elísio Estanque argumenta que “a classe média reflete o padrão de desenvolvimento de uma sociedade e desempenha um papel além de ser um mero repositório de transformações estruturais. Ele questiona se a classe média é principalmente um elemento amortecedor da conflitualidade social ou se possui potencial transformador e iniciativa política” (Estanque, 2012 p. 103). O declínio da classe média, se confirmado, pode representar um risco para o sistema social e enfraquecer seus dinamismos.

A ideia tradicional de que a classe média busca imitar os hábitos das elites, mas apenas consegue aproximar-se de imitações pálidas, pode ser uma visão exagerada e redutora (Estanque, 2012). A classe média não deve ser vista apenas como um recipiente passivo, mas também como um segmento capaz de ações transformadoras e irreverentes.

A classe média desempenha um papel crucial na sociedade e serve como um barômetro que mede a pressão da atmosfera social. Embora não seja homogênea e careça de identidade própria, seus diferentes segmentos enfrentam atualmente desafios significativos

É importante notar que as percepções da classe média podem criar realidades por meio de profecias autorrealizáveis. Como afirmou Robert Merton, "se um homem acredita que uma coisa é real, ela se torna real em suas consequências" (Estanque, 2012 p.251).

A concepção da classe média teve uma evolução ao longo do tempo. No final do século XVIII, a expressão "classe média" surgiu como sinônimo de um segmento social situado entre a nobreza e a classe trabalhadora. No entanto, essa temática adquiriu contornos diferentes ao longo do século XX com o surgimento de novas categorias de trabalhadores assalariados (Estanque, 2012 p.252).

Max Weber e Karl Marx oferecem perspectivas distintas sobre as classes sociais. Enquanto Marx via a classe média como a negação de sua tese das classes antagônicas, Weber via-a como prova da superioridade de um sistema que reconhece o mérito e oferece oportunidades aos talentosos.

“Weber enfatizou a importância das qualificações e talentos individuais como recursos para as oportunidades de mercado e inspirou as teorias da mobilidade social. As teorias de Weber diferiram significativamente do pensamento marxista, especialmente no que diz respeito à capacidade da "situação de classe" para determinar as formas de ação colectiva” (Estanque, 2012).

A classe média desempenha um papel complexo e multifacetado na sociedade, refletindo não apenas seu estado de desenvolvimento, mas também atuando como agente de transformação e medição das dinâmicas sociais. Sua interpretação e compreensão variam de acordo com diferentes perspectivas sociológicas, como as de Weber e Marx, e continuam sendo temas centrais de estudo na sociologia contemporânea.

1.6 Velhos problemas em torno da classe média

A noção de classe média teve suas raízes na literatura inglesa do século XIX, onde foi inicialmente usada para descrever os estratos sociais situados entre a "super working class". Um exemplo notável disso é o romance "Orgulho e Preconceito" de Jane Austen, que aborda as questões de classe e status social.

No século XIX, as discussões sobre a classe média estavam centradas principalmente no acesso à propriedade, em um contexto de crescente atividade econômica e comércio, que permitia o enriquecimento e a ascensão social de novos segmentos da população

Alexis Tocqueville, em sua análise da sociedade americana na primeira metade do século XIX, argumentava que a classe média desempenhava um papel crucial na manutenção da ordem social. Ele acreditava que, em sociedades democráticas, os ricos não eram numerosos o suficiente para atrair a inveja dos pobres, enquanto os pobres não eram tão numerosos a ponto de promoverem revoluções violentas. A classe média, composta por pessoas que tinham bens suficientes para desejar a ordem, mas não em excesso para despertar inveja, era vista como um elemento estabilizador (Tocqueville, 1988).

A visão de Tocqueville sobre a classe média era centrada no contexto americano, onde a valorização das capacidades individuais desempenhava um papel significativo. No entanto, as perspectivas sobre a classe média variaram ao longo do tempo e em diferentes contextos culturais.

Na antiga União Soviética, por exemplo, a ideologia³ do regime enfatizava a igualdade das funções sociais, com a crença de que todas as funções eram igualmente importantes. No entanto, a valorização individual das destrezas e habilidades ainda era presente na sociedade, apesar da retórica igualitária (Estanque, 2013).

Ao longo do século XX, a concepção da classe média passou por mudanças significativas com a emergência de novas categorias de trabalhadores assalariados. A articulação entre os estratos intermediários e a questão da luta de classes continuou a ser um tema relevante na discussão sociológica.

³ A noção de «ideologia» é aqui usada em dois sentidos: por um lado, num sentido político, enquanto sistema de crenças e ideias programáticas ao serviço de um grupo ou partido político; por outro lado, num sentido sociológico mais abrangente, em que a ideologia corresponde a um discurso normativo que se traduz em práticas, valores e códigos tendentes a naturalizar e legitimar uma dada ordem ou relação de poder. Neste caso, a ideologia é um olhar parcial e distorcido sobre o mundo real, visto que representa apenas o lado mais conveniente (do ponto de vista de um interesse particular) da realidade ou do problema em causa; normalmente favorece o grupo hegemónico na medida em que constrói uma perspetiva que serve os seus interesses e que os «justifica»; mas a ideologia só o é na medida em que é incorporada por setores sociais exteriores a esse grupo ou classe privilegiada, tornando-se assim um poderoso mecanismo de consentimento e de aceitação, no mesmo sentido da frase atribuída ao ativista sul-africano Steve Biko: «A maior arma do opressor».

Anthony Giddens, por exemplo, descreve três setores relativamente distintos dentro da classe média:

1. A Velha Classe Média, composta por donos de pequenas empresas, proprietários de lojas locais e pequenos agricultores. Esses pequenos empresários enfrentam desafios significativos, incluindo a concorrência com grandes empresas e a instabilidade financeira.

2. A Classe Média Alta, formada por aqueles em posições de gestão ou profissões de alto rendimento. Este grupo inclui indivíduos com formação universitária e geralmente possui atitudes liberais em relação a questões sociais e políticas.

3. A Classe Média Baixa, composta por uma variedade de profissões, como empregados de escritório, administrativos, professores, enfermeiros, etc. Essa categoria é altamente heterogênea, mas seus membros geralmente possuem atitudes sociais e políticas diferentes dos trabalhadores manuais (Giddens, 1993).

Os membros da classe média muitas vezes vivenciam pressões e influências opostas, encontrando-se em situações "contraditórias" de "dupla" clausura. Eles podem compartilhar valores com aqueles em posições mais bem remuneradas, mas muitas vezes ganham salários inferiores aos trabalhadores manuais mais bem pagos (Giddens, 1993).

Assim, a noção de classe média evoluiu ao longo do tempo e varia de acordo com o contexto social e cultural. Sua complexidade é evidente nas diferentes perspectivas e categorias que abrange, tornando-a um tema de estudo relevante na sociologia contemporânea.

CAPÍTULO II – CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE ANGOLANA

2.1. Contextualização da realidade angolana

No contexto angolano, a problemática das classes sociais durante o período colonial não suscitou muito interesse, algo que, de acordo com Pestana (2011), contrasta drasticamente com a quase inexistência de estudos sobre o assunto durante o período do Estado nacional. Isso pode ser atribuído a várias razões, como a falta de vontade política em promover tais debates, dada a sensibilidade das questões envolvidas, ou mesmo à conjuntura global após a queda do Muro de Berlim. Segundo Nelson Pestana, nesse período, os acadêmicos preferiam focar em "processos sociais" usando outras abordagens teóricas, como os processos de formação das elites e seu capital simbólico.

No entanto, ao analisarmos a realidade concreta, torna-se evidente que a economia política do poder em Angola cria uma diferenciação concreta de recursos, formas de apropriação e acesso a esses recursos. Essa diferenciação, como argumenta Pestana (2011), está intrinsecamente ligada a modos de acumulação que se baseiam em privilégios fiscais e cambiais, acesso privilegiado a mercados, financiamento estatal, empréstimos bancários, bolsas de estudo e outras alocações de riqueza.

A necessidade de investigação adicional se torna aparente quando consideramos a crescente diferenciação que emerge desse cenário. Grupos de interesse se beneficiam da falta de transparência e do favoritismo nos sistemas de distribuição de recursos e oportunidades de negócios. Como Hodges (2002) destaca, esses grupos muitas vezes têm conexões familiares, laços comerciais, influência política e ocupam cargos de destaque nas forças de segurança e na administração.

Para compreendermos a complexidade das classes sociais em Angola, é essencial considerar as formas organizacionais da produção de trabalho, conforme observado por Nelson Pestana. A objetividade da divisão social do trabalho está intimamente ligada às representações simbólicas compartilhadas pelos membros do grupo (Pestana, 2000).

Em termos conceituais, podemos distinguir duas grandes definições de classes sociais: uma que se baseia no nível de rendimento e/ou estilo de vida e outra que se fundamenta

no papel das pessoas nas relações de produção (Pestana, 2000). No entanto, independente da abordagem teórica, as classes sociais representam conjuntos de indivíduos que vivem em condições que os separam objetivamente e que podem ou não compartilhar uma comunidade de interesses subjetivamente.

É crucial compreender o processo de formação das elites e da classe detentora dos meios de produção e capital em Angola. Durante a 1ª República, quando os meios de produção eram propriedade do Estado, os líderes governamentais controlavam esses recursos. Isso deu origem a uma classe poderosa, ligada ao Estado, que detinha influência sobre os meios de produção e moldava o novo Estado independente de acordo com seus interesses ideológicos (Carvalho, 2008).

Pestana (2000) complementa essa visão, argumentando que a forma como a sociedade se organiza para produzir bens essenciais influencia a divisão social do trabalho e a distribuição desses bens desempenha um papel fundamental nesse processo de diferenciação.

Com a democratização do sistema político e a liberalização econômica em Angola, a estrutura social passou por mudanças significativas. A privatização de empresas estatais e a aquisição de terras e propriedades por particulares resultaram na transferência de meios de produção do Estado para indivíduos. Segundo Carvalho (2008), aqueles que mais se beneficiaram desses processos eram frequentemente ligados às elites existentes, formando uma nova classe de empresários.

Além disso, a rápida urbanização causada pela guerra e a empobrecimento do campo também contribuíram para uma remodelação da estrutura de classes. Diferentes camadas econômicas, incluindo a baseada na produção de petróleo offshore em dólares americanos, a economia doméstica rural e urbana, e a economia do mercado paralelo, desempenham um papel na estratificação social (Mesa, 2000).

Quando examinamos o papel do Estado na distribuição de renda em Angola, percebemos que a estrutura de classe está intrinsecamente ligada ao empobrecimento da maioria da população e à formação de uma elite extremamente rica, cujo poder econômico decorre das conexões políticas (Hodge, 2003). Estatísticas do Instituto

Nacional de Estatística (INE) indicam um aumento acentuado na desigualdade de renda, com os 20% mais ricos aumentando sua riqueza significativamente enquanto os 20% mais pobres enfrentam um empobrecimento cada vez maior (Pacheco, 2002).

Enquanto as classes médias experimentam empobrecimento, uma classe social poderosa emerge, detentora de meios de produção e capital, com influência quase ilimitada sobre o Estado. Esse processo de formação da nova burguesia levanta questões sobre sua transparência e os impactos sobre os grupos sociais que estão abaixo dela na hierarquia de classes (Carvalho, 2008).

A elite dirigente em Angola, muitas vezes chamada de "novos-ricos," enriqueceu significativamente enquanto a pobreza se agravava. Sua afirmação de poder é baseada na utilização de posições-chave no governo em benefício de seus interesses privados (Nascimento, 2002).

Existem várias camadas dentro dessa elite. Além da "burguesia-compradora" que acumula riqueza através de conexões políticas, há a "burguesia empreendedora" que se concentra na organização da produção de bens e serviços. Alguns desses empresários emergiram de posições anteriores na estrutura estatal ou no processo de privatização, aproveitando redes clientelistas para financiar projetos (Calado, 1997).

Outros, conhecidos como "Big Men," cresceram durante a guerra revolucionária e expandiram seus impérios através da privatização e de conexões políticas (Pestana, 2000). Esses grupos são identificáveis por seu estilo de vida extravagante e suas conexões com a burocracia oficial (Menezes, 2000).

A classe média em Angola é composta por quadros técnicos e políticos que vivem de prebendas, formando clientelas para intermediar e controlar as classes mais baixas. A classe popular, que representa mais de 70% da população, varia de funcionários públicos a trabalhadores assalariados urbanos e rurais, incluindo camponeses pobres. Essa imensa classe popular, muitas vezes marginalizada, depende da assistência humanitária e da caridade (Pestana, 2000).

Em resumo, a análise das classes sociais em Angola revela um processo complexo de diferenciação, no qual a estrutura social evoluiu consideravelmente com a democratização política e a liberalização econômica. No entanto, a formação das classes sociais em Angola não está completa, e os contornos dessa nova estrutura ainda não estão claramente definidos. Importa destacar que a criação dessa nova burguesia ocorre à custa do empobrecimento dos grupos sociais situados abaixo dela na hierarquia de classes (Carvalho, 2008).

É importante notar que a própria noção de "classe social" é uma construção social que evolui ao longo do tempo e do espaço, refletindo a história e a cultura de uma sociedade (Pestana, 2000). Portanto, a compreensão das classes sociais em Angola deve ser contextualizada dentro desse quadro histórico e cultural.

2.2. Mobilidade social em Angola

Na análise do poder e da diferenciação social em Angola, é importante considerar várias perspectivas, incluindo a de Nelson Pestana, que destaca a existência de um espaço social baseado no princípio da diferenciação ou distribuição, permitindo a identificação de classes lógicas ou teóricas compostas por grupos de indivíduos que ocupam posições semelhantes.

Sango (2002 P.79) contribui para essa discussão ao afirmar que a elite política angolana possui uma visão privada do Estado, sem um verdadeiro espírito público. Essa visão é compartilhada por outras elites e resulta em uma relação distinta e excludente com os grupos situados abaixo delas na hierarquia social. A elite considera-se única detentora da racionalidade política para determinar os rumos do país e controlar suas ações.

Além disso, Paulo de Carvalho (2008) identifica diversos fatores que contribuíram para uma dinâmica de fechamento social em Angola. Ele define o fechamento social como o processo pelo qual as coletividades sociais buscam maximizar suas recompensas, restringindo o acesso aos recursos e oportunidades a um círculo limitado de pessoas eleitas. Isso resulta em exclusão, principalmente no que se refere ao acesso à propriedade, incluindo propriedade de produção e outros tipos de capital, bem como

acesso a credenciais acadêmicas e qualificações profissionais, que afetam a distribuição dos recursos sociais.

Adicionalmente, Hodges (2002 P. 241) destaca que grupos de interesse em Angola se beneficiam das oportunidades criadas pela falta de transparência e favoritismo nos sistemas de atribuição de recursos e oportunidades de negócios.

Ele menciona, por exemplo, a criação de taxas de câmbio durante mais de uma década, destinadas a beneficiar grupos reduzidos de cidadãos angolanos (e até estrangeiros), enquanto o cidadão comum tinha acesso apenas ao mercado livre de câmbio. Isso exemplifica a influência dos grupos de interesse ligados ao poder por meio de casamentos, relações comerciais, ligações políticas e altos cargos nas forças de segurança e na administração.

Além dos fatores mencionados acima, é importante destacar a influência do domínio da língua portuguesa na ascensão social em Angola. “O aprimoramento das habilidades linguísticas nessa língua evita a utilização de variantes regionais africanas restritas do português, proporcionando uma ascensão mais rápida na hierarquia social” (Carvalho, 1991 p.45).

No entanto, o domínio do português permite apenas alcançar os escalões intermediários da hierarquia social, sendo que a forma mais eficaz de alcançar sucesso econômico continua sendo o acesso ao poder político. O exercício desse poder não apenas influencia diversas esferas, mas também oferece oportunidades para obter poder econômico, seja através do controle sobre aqueles que o detêm, seja desviando fundos públicos (Carvalho, 2008).

Portanto, ao considerar as perspectivas de Nelson Pestana, Sango, Paulo de Carvalho e Hodges, podemos entender melhor as complexas dinâmicas de poder e diferenciação social em Angola, que moldaram a estrutura social e política do país ao longo do tempo.

2.3. Analise dos dados do censo de 2014

O Censo de 2014 em Angola revelou um panorama significativo da população do país. Com base nos resultados definitivos desse censo, podemos compreender a dinâmica demográfica e os desafios que a nação enfrenta.

Angola, em 16 de maio de 2014, tinha uma população total de 25.789.024 habitantes. Notavelmente, a maioria da população, cerca de 63%, reside em áreas urbanas, enquanto os restantes 37% vivem em áreas rurais. Além disso, os dados revelam uma predominância numérica das mulheres, que correspondem a 52% da população, em comparação com 48% de homens.

Habitações familiares por províncias e áreas de residência, segundo o regime de ocupação

Província e área de residência	Total de agregado			Regime de ocupação									
		Total	Total	Arrendada		Total	Próprio			Total	Cedida		Não declarado
				Estado	Privado		Totalmente paga	Em processo de pagamento	Auto-construída		Estado	Privado	
Angola	5544834	5534731	1067071	40949	1026123	4180641	193918	123739	3862984	287020	49539	237481	10103
Cabinda	167252	166908	66763	171	66046	89858	3776	5414	80668	10286	1285	9001	344
Zaire	133881	133727	45609	303	45306	80083	1868	2577	75638	8035	851	7184	154
Uíge	307128	306778	57981	1019	56962	229122	5031	3872	220219	19674	1132	18542	351
Luanda	1484350	1479430	509364	16871	492493	861427	78636	57625	725166	108639	23554	85085	4920
Cuanza Norte	101996	101861	20362	901	19461	74081	1733	1882	70466	7418	1362	6056	135
Cuanza Sul	427759	427015	33635	1340	32295	378316	9143	4489	364684	15064	2085	12979	744
Malanje	213226	212835	31875	1120	30755	171412	5711	4027	161675	9547	930	8617	392
Lunda Norte	204489	204317	27940	525	27415	165948	16237	7567	142144	10429	1349	9081	172
Benguela	483605	483046	81306	4914	76392	380511	15470	7498	357543	21230	2812	18418	559
Huambo	434293	433825	51682	2885	48797	366026	12118	5463	348446	16117	1555	14561	468
Bié	312333	311945	21219	802	20418	282497	5317	4850	272330	8228	679	7549	389
Moxico	163101	162917	15438	762	14675	141812	4765	3804	133244	5666	1173	4493	185
Quando Cubango	115417	115279	8517	388	8129	103664	2433	2525	98706	3098	732	2366	137
Namibe	97018	96957	16289	2766	13523	72473	4093	1215	67165	8195	1958	6237	61
Huíla	514412	513900	40832	3050	37783	455321	18237	4037	433047	17747	1972	15776	512
Cunene	187352	187079	7907	1328	6579	174354	1902	1777	170675	4817	1388	3430	274
Lunda Sul	111643	111521	16928	455	16473	89854	5040	3873	80940	4739	727	4013	122
Bengo	85578	85394	13426	804	12622	63881	2408	1244	60229	8088	3996	4092	184

Urbano	3381209	3373580	999092	35095	963997	2164083	164908	112070	1887105	210405	38093	172312	7629
Cabinda	139490	139201	62639	636	62003	69187	3363	5070	60754	7375	716	6659	289
Zaire	98393	98268	42886	229	42657	51034	1561	2341	47132	4348	358	39990	125
Uíge	110917	110773	41244	733	40511	64344	2699	2670	58975	5185	484	4701	144
Luanda	1437302	1432521	503490	16590	486900	823409	77645	56806	688958	105622	22609	83013	4781
Cuanza Norte	64763	64693	17952	659	17293	43560	1300	1511	40749	3181	822	2359	71
Cuanza Sul	154665	154316	28106	908	27198	119935	5532	3305	111098	6275	1066	5209	348
Malanje	107444	107203	29605	843	28762	72124	3823	3205	65044	5474	380	5094	241
Lunda Norte	119834	119749	22251	347	21904	21904	91493	10156	5314	76024	6005	5067	84
Benguela	300029	299611	79152	4672	74481	74481	202488	14632	7047	180809	17971	15756	417
Huambo	190772	190575	47429	2322	45107	45107	132463	9184	4767	118512	10684	9837	196
Bié	122522	122349	19291	559	18732	18732	97975	3774	4068	90133	5084	4710	173
Moxico	85236	85107	13988	551	13437	13437	67830	3893	3308	60628	3289	2829	129
Quando Cubango	65037	64943	8207	312	7896	7896	54520	2149	2202	50170	2215	1759	94
Namibe	60714	60665	14997	2283	12714	12714	38740	3963	1154	33623	6927	5398	49
Huíla	162735	162536	35078	1968	33110	33110	116401	13709	3157	99534	11057	9888	199
Cunene	43267	43200	6316	552	5764	5764	34970	1105	1546	32320	1913	1588	68
Lunda Sul	83175	83077	16387	331	16056	16056	63321	4524	3654	55143	3369	3130	98
Bengo	34915	34791	10072	601	9471	9471	20289	1897	893	17499	4430	1324	124
Rural	2163626	2161152	67979	5853	62126	2016558	29009	11669	1975879	76615	11446	65169	2474
Cabinda	27762	27707	4125	81	4043	20671	413	344	19914	2911	569	2342	55

Zaire	35488	34458	2722	74	2648	29048	307	235	28505	3688	493	3194	30
Uíge	196211	196004	16737	286	16450	164778	2332	1203	161244	14489	648	13841	207
Luanda	47048	46909	5873	281	5593	38018	992	818	36208	3017	945	2072	139
Cuanza Norte	37232	37168	2410	242	2168	30521	433	371	29717	4238	541	3697	64
Cuanza Sul	273094	272698	5528	432	5096	258381	3610	1184	253587	8789	1019	7770	396
Malanje	105783	105632	2270	278	1993	99288	1888	770	96630	4073	550	3523	151
Lunda Norte	84655	84568	5689	177	5511	74455	6082	2254	66120	4424	410	4014	88
Benguela	183576	183435	2153	242	1911	178023	838	451	176733	3259	597	2662	142
Huambo	243521	243250	4253	563	3690	233564	2934	696	229934	5433	709	4725	271
Bié	189811	189595	1928	243	1685	184522	1543	782	182197	3145	305	2840	215
Moxico	77865	77809	1450	211	1239	73982	871	495	72616	2377	713	1664	56
Cuando Cubango	50380	50336	309	76	233	49144	284	323	48537	883	276	607	43
Namibe	36304	36292	1291	483	809	33733	130	61	33542	1267	429	838	13
Huíla	351678	351364	5754	1081	4673	338920	4528	880	333512	6690	803	5887	314
Cunene	144085	143879	1591	776	815	139384	797	231	138355	2904	1062	1842	206
Lunda Sul	28469	28444	541	125	416	26533	516	220	25797	1371	488	883	24
Bengo	50664	50664	3354	203	3151	43592	511	351	42730	3658	890	2768	60

*Tabela 1: Habitações familiares por províncias e áreas de residência, segundo o regime de ocupação*Fonte: INE, RGPH 2014, Resultados Definitivos.

A província de Luanda se destaca como a mais populosa, abrigando 6.945.386 habitantes, o que representa mais de um quarto (27%) da população de Angola. Esse dado pode ser associado a diversos fatores, sendo um deles o impacto da guerra civil. Durante esse conflito, houve um êxodo em massa da população, que abandonou suas comunidades rurais em busca de refúgio nas áreas urbanas, com Luanda sendo um

destino frequente. No entanto, é fundamental reconhecer que muitas pessoas que se deslocaram mantiveram suas tradições de subordinação à autoridade tradicional, o que também influenciou a dinâmica urbana, criando uma espécie de "ruralização" das cidades.

Esse fenômeno transformou a cidade de Luanda em uma capital vulnerável a diversos problemas socioeconômicos. Uma crescente concentração urbana ocorreu, com o deslocamento forçado de pessoas, principalmente das áreas rurais e do interior do país, para a capital. Essa migração em massa exacerbou as disparidades sociais e econômicas, criando um fosso cada vez mais evidente entre uma classe urbana abastada e o restante de uma população vulnerável e muitas vezes submetida a condições precárias (Carvalho, 2008).

Por um lado, testemunhamos a dilapidação dos recursos naturais e a concentração de riqueza nas mãos de poucos. Por outro lado, a cidade de Luanda experimenta um aumento constante na sua densidade populacional, o que resulta em desafios consideráveis para as autoridades locais, incluindo o fornecimento de serviços básicos, habitação adequada e oportunidades de emprego.

Portanto, os resultados do Censo de 2014 não apenas apresentam números, mas também revelam a complexa interação entre fatores históricos, como a guerra civil, e as tendências demográficas que moldaram a atual situação em Angola. Essa análise é essencial para compreender os desafios e oportunidades que o país enfrenta à medida que busca lidar com questões socioeconômicas em evolução.

2.4. Análise da estrutura social angolana

A análise estrutural da sociedade angolana é uma tarefa de extrema importância para compreender as mudanças e continuidades que moldaram a realidade do país ao longo de sua história. É crucial reconhecer que a estrutura social é influenciada por vários fenômenos históricos, e antes de estabelecer qualquer estratificação social ou raciocínio complexo, é necessário compreender a estrutura social do país como um ponto de partida sólido.

No contexto angolano, é impossível ignorar as consequências profundas e duradouras da longa guerra civil que assolou o país desde a sua independência em 1975 até 2002. Como Paulo de Carvalho aponta, essa guerra foi caracterizada por destruição massiva e atingiu não apenas alvos militares, mas também causou danos generalizados à infraestrutura e à sociedade (Carvalho, 2000). Os efeitos dessa guerra perduram e continuam a afetar todas as dimensões da sociedade angolana.

Uma das principais consequências da guerra foi o deslocamento forçado de pessoas, principalmente das áreas rurais para as áreas urbanas, resultando em uma concentração urbana crescente (Carvalho, 2008, p.90). Esse fenômeno teve um impacto significativo nas condições de vida das pessoas e nas disparidades sociais.

Para lidar com essa realidade, Angola passou por uma série de transformações em várias esferas. Na esfera política, o país se esforçou para se tornar um Estado de direito, desencadeando debates e reformas políticas significativas. Na esfera econômica, adotou uma economia de mercado, consagrando o direito à propriedade privada e à iniciativa privada, o que trouxe mudanças em diversos setores econômicos.

Essas mudanças também se manifestaram na esfera social, com aspirações e anseios crescentes da população, incluindo mudanças nos padrões de consumo e na exibição de riqueza exterior.

O foco das próximas páginas será analisar detalhadamente os indicadores demográficos do Censo de 2014, que refletem as mudanças na distribuição populacional e nas dinâmicas de gênero no mercado de trabalho. Um dos pontos importantes a serem destacados é a estrutura etária da população angolana, que mostra uma predominância de jovens, com idades entre 25 e 54 anos representando uma parcela significativa da população (tabela abaixo).

Essas informações demográficas são fundamentais para entender as tendências atuais e as mudanças em curso na sociedade angolana, fornecendo insights valiosos sobre a dinâmica social e econômica do país.

*População residente empregada com 15 ou mais anos de idade por ocupação principal,
segundo o grupo de idade e sexo*

Ocupações	Total			15-24 anos			25-49 anos			50-64 anos			65 ou mais anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Total	5.442.685	3.005.757	2.436.928	1.033.075	544.520	488.555	3.365.012	1 903 010	1.462.002	802.424	433 578	368 846	242 174	124 649	117 525
Profissões especificamente militares	61777	58629	3148	4283	3.946	337	48475	46154	2321	8480	8022	458	539	507	32
Representantes dos poderes legislativo e executivo, dirigentes, directores e gestores executivos	103215	83063	20152	5904	4324	1580	73353	58231	15122	20890	17699	3191	3068	2089	259
Especialistas das actividades intelectuais e científicas	294217	181754	112463	28604	17965	10639	218143	130541	87602	44374	30754	13620	3096	2494	602
Técnicos e profissionais de nível intermédio	197835	138718	59117	25194	17016	8178	144979	101053	43926	25702	19141	6561	1960	1508	452
Pessoal administrativo	50187	29633	20554	9417	5320	4097	34327	19841	14486	6012	4122	1890	431	350	81
Trabalhador dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores	671036	305508	365528	116692	46106	70586	476719	221451	258268	67134	34689	32445	7491	3262	4229
Agricultura e trabalhos qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	2344724	1040149	1304575	493615	215748	277867	1228979	540412	688567	435217	193002	242215	186913	90987	95926
Trabalhadores qualificados da indústria, construção de artefactos	280744	267586	13158	60792	58043	2749	192141	183316	8825	24016	22648	1368	3795	3579	216
Operadores de instalações de máquinas e trabalhadores da montagem	144732	140893	3839	20874	20072	802	109721	107160	2561	13037	12623	414	1100	1038	62
Trabalhadores não qualificados	259635	81040	178595	48893	18790	30103	172938	50815	122123	3196	9196	22727	5881	2239	3642
Não declarados	1030583	678784	355799	218807	137190	81617	662234	444036	218201	125639	81682	43957	27900	15876	12024

Tabela 2: População residente empregada com 15 ou mais anos de idade por ocupação principal, segundo o grupo de idade e sexo. Fonte: INE

É essencial destacar as tendências de fixação das populações, a urbanização e desruralização como parte integral da análise da sociedade angolana. Como observado por Paulo de Carvalho, o êxodo em massa para as cidades como resultado da guerra civil teve um impacto profundo nas dinâmicas populacionais (Carvalho, 2008, p.81).

Esse movimento de migração em massa levou muitas pessoas a abandonar suas comunidades rurais e a se estabelecer em áreas urbanas. Esse fenômeno não apenas alterou a distribuição populacional, mas também teve implicações significativas nas assimetrias regionais de Angola. Algumas áreas urbanas viram um aumento acentuado na população, enquanto outras áreas rurais experimentaram uma desvitalização.

A desvitalização de algumas cidades pode ser atribuída à migração em direção às cidades maiores, onde se concentraram mais oportunidades econômicas e recursos. Ao mesmo tempo, a superlotação de algumas cidades criou seus próprios desafios, como pressão sobre a infraestrutura e serviços públicos.

Essa dinâmica espacial das relações sociais reflete a interconexão entre eventos históricos, como a guerra civil, e as mudanças na sociedade angolana. A reconfiguração da distribuição populacional é uma parte importante da transformação social em curso no país. Isso não apenas influencia a vida cotidiana das pessoas, mas também tem implicações para o planejamento urbano, desenvolvimento econômico e políticas públicas⁴.

De fato, esses fenômenos não surgem por acaso; eles são impulsionados pelos desejos e anseios dos indivíduos que enfrentam as consequências devastadoras da guerra. A busca por melhores condições de vida muitas vezes obriga as pessoas a reorganizarem seus projetos de vida e carreira, levando a decisões de migração muitas vezes difíceis. Em muitos casos, essa reorganização os leva a começar uma nova vida em locais completamente desconhecidos.

⁴ Refiro-me à cidade de Luanda que, com o congestionamento de pessoas, transformou-se numa cidade caótica, com novos hábitos e novas formas de conjugação relacional entre as pessoas e ao incremento cada vez maior da informalidade em quase todas as dimensões sociais. Aqui predominam indivíduos que entraram na cidade através do processo migratório interno; são pessoas que vêm à procura de melhores condições de vida. Sendo Luanda uma cidade pouco afetada pela guerra, demonstrava-se bastante atrativa, uma vez que a maioria das infraestruturas permaneceram intactas.

A migração é um fenômeno que tem sido uma característica persistente da sociedade angolana ao longo de muitos anos, como apontado por Lopes. No passado recente, especialmente durante o longo conflito militar que durou desde a independência em 1975 até 2002, as dinâmicas de migração em Angola foram predominantemente caracterizadas pela migração interna rural-urbana. Isso resultou na deslocação forçada de populações em direção aos centros urbanos em busca de segurança física e acesso a alimentos (Lopes *et al.*, 2013).

Além disso, a educação desempenha um papel fundamental nesse contexto. Embora os números mostrem um aumento significativo na quantidade de pessoas incluídas no sistema educacional angolano, é evidente que são necessários esforços substanciais para atingir os padrões recomendados pela UNESCO.

Portanto, a compreensão desses fenômenos de migração e as questões educacionais são cruciais para entender a dinâmica da sociedade angolana em evolução. Esses fatores não apenas moldam as vidas individuais, mas também têm implicações mais amplas no desenvolvimento socioeconômico e nas políticas públicas do país.

Nível de Ensino	2008	2009	2010	2011	2012
Alfabetização	502,350	532,491	532,943	561,424	578,267
Ensino Secundário (1º Ciclo)	363,210	406,795	507,125	619,841	638,436
Ensino Secundário (2º Ciclo)	212,347	231,695	253,208	314,355	323,786

Tabela 3: Alunos matriculados na alfabetização e ensino secundário de 2008 a 2012. Fonte: Ministério da Educação.

A evolução da sociedade angolana nas últimas décadas é notável e merece uma análise detalhada. De acordo com os resultados definitivos do Censo 2014, a população em Angola até a data do momento censitário, 16 de maio, era de 25.789.024. Na área urbana residem 63% da população e na área rural 37%. Além disso, a maioria da população em Angola é constituída por mulheres, totalizando 13.289.983, o que corresponde a 52% do total, enquanto que a população masculina é de 12.499.041, representando 48% do total da população.

Antes considerada uma miragem para muitas camadas sociais, a qualificação educacional agora é vista como um pré-requisito essencial para a mobilidade social ascendente e a dignidade da pessoa como cidadão. A conscientização de que a educação é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento se enraizou profundamente na sociedade angolana, mesmo que não fosse uma realidade em um passado recente.

Um aspecto positivo é o índice de rejuvenescimento da população ativa, que continua a aumentar. Isso significa que, potencialmente, há mais pessoas entrando no mercado de trabalho do que saindo. De acordo com o Censo 2014, esse índice era de 457, o que significa que, por cada 100 pessoas que saem do mercado de trabalho, entram 457. Isso reflete a transformação social em andamento na sociedade angolana.

Índice de rejuvenescimento

País e área de residência	Total	Homens	Mulheres
Angola	457,4	453,7	460,7
Urbana	609,2	588,2	629,3
Rural	296,4	299,2	296,4

Tabela 4: Índice de rejuvenescimento. Fonte: INE

Além disso, o crescimento da população economicamente ativa é notável, com um grande número de pessoas empregadas em comparação com as desempregadas. De acordo com o Censo 2014, num universo de 13.592.528 pessoas em idade ativa, existem 7.182.631 pessoas economicamente ativas e 5.442.685 pessoas empregadas, com apenas 1.739.946 pessoas desempregadas.

Esses números mostram a dinâmica do mercado de trabalho angolano, embora seja importante notar que boa parte desse crescimento foi impulsionada pelos ganhos na exportação de petróleo, o que torna a economia vulnerável às oscilações nos preços do petróleo.

É importante manter uma visão equilibrada ao analisar o crescimento acelerado em Angola. Embora tenha havido avanços significativos, ainda existem desafios significativos, incluindo desigualdades na distribuição de recursos e bens. No entanto, entender essas transformações e desafios é fundamental para construir uma sociedade mais justa e equitativa. É uma tarefa complexa, mas essencial, que envolve a compreensão das trajetórias, desafios e direções que moldam o futuro de Angola.

2.5. Os fluxos migratórios internos e a característica populacional em Angola

Os fluxos migratórios internos desempenharam um papel crucial na distribuição populacional de Angola. Desde a independência do país em 1975, esses fluxos aumentaram exponencialmente, em grande parte devido à eclosão da guerra civil, que teve um impacto significativo nas áreas rurais.

Durante esse período tumultuado, a guerra resultou em movimentos populacionais complexos. Por um lado, houve a deslocação interna de um grande número de militares, enquanto, por outro lado, muitos cidadãos foram impedidos de se deslocar devido às hostilidades, sendo mantidos em cativeiro pelas forças beligerantes. A guerra civil angolana também forçou uma grande parte da população a buscar refúgio nas cidades, que eram consideradas zonas mais seguras em comparação com as áreas rurais afetadas pelo conflito. Como resultado, assistimos a um crescimento constante e acentuado da população nas cidades, principalmente em Luanda (BAD/OECD, 2008, p.133).

É fundamental destacar que, mesmo após o término da guerra, o retorno das populações às suas cidades de origem não foi significativo. Isso ressalta a questão do êxodo rural, que teve início durante a Guerra Civil e continua a ser um dos principais fatores que explicam a concentração de pessoas na província de Luanda, que, segundo os dados estatísticos, é a mais populosa, com 6.945.386 residentes, representando 27% da população total.

De acordo com os resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação de 2014, a densidade populacional em Angola é, em média, de 20,7 pessoas por quilômetro quadrado. Isso varia significativamente devido aos fluxos migratórios internos. A província de Luanda apresenta a maior densidade populacional do país, com

368 habitantes por quilômetro quadrado, aproximadamente 18 vezes a média nacional. As províncias de Benguela e Huambo também têm densidades significativamente mais altas, com médias de 70 e 59 habitantes por quilômetro quadrado, respectivamente, cerca de três vezes a média do país (INE, 2014).

A imagem abaixo apresenta um melhor indicativo visual:

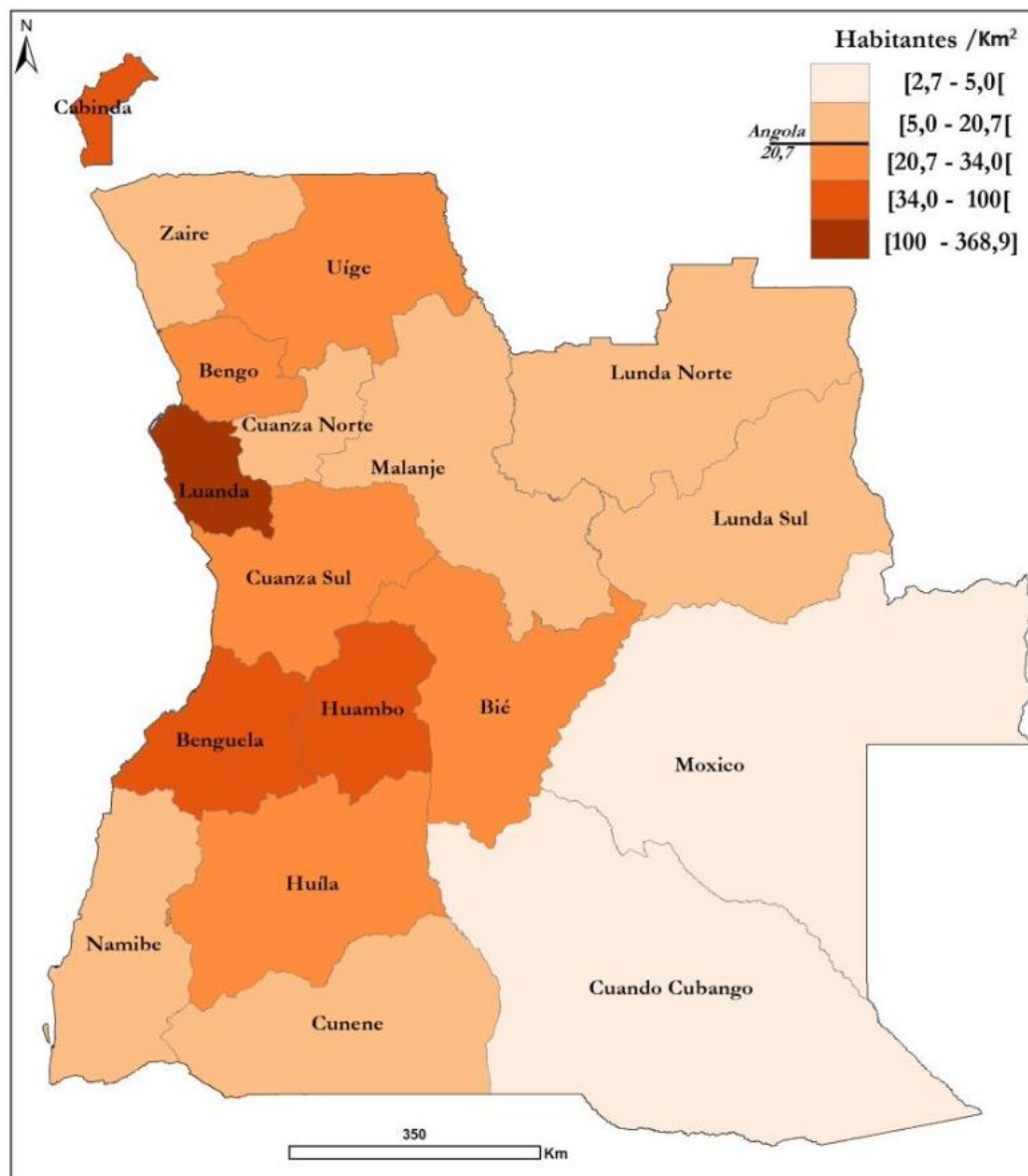


Figura 1: Densidade demográfica por províncias. Fonte: INE.

A emigração interna teve consequências desfavoráveis para as regiões rurais, resultando no abandono das áreas rurais e na diminuição da densidade populacional nessas regiões. Essa tendência criou uma assimetria profunda na distribuição populacional.

O êxodo rural foi motivado pela busca de melhores condições de vida, uma vez que as áreas rurais e periféricas foram amplamente afetadas pelos efeitos destrutivos da guerra. A população passou a ver Luanda como um horizonte de esperança, capaz de transformar seus sonhos em realidade. No entanto, essa concentração populacional excessiva na capital tem impactos diretos e indiretos no funcionamento das instituições e perturba a organização social em todas as dimensões.

As estimativas do Instituto Nacional de Estatística (INE) sugerem que, em 2018, Angola poderia ter atingido uma população de 30 milhões de habitantes, com Luanda estimada em 8 milhões. No entanto, é crucial analisar a dinâmica desse crescimento populacional com base em números reais fornecidos pela estatística, em vez de estimativas. Um gráfico a seguir apresenta esses números e suas distribuições por áreas de residência, revelando um crescimento médio anual de mais de 1 milhão de pessoas na população angolana.

Aproximadamente 18.513.994 pessoas, correspondendo a cerca de três quartos da população (72%), concentram-se em apenas sete províncias do país. Dessas, cinco estão localizadas na região centro-sul, com um total de 10.059.909 habitantes, representando dois quintos da população total (39%). A província de Luanda é a mais populosa, com 6.945.386 pessoas, o que equivale a pouco mais de um quarto (27%) da população total do país. Em seguida, temos as províncias da Huíla, Benguela e Huambo, cada uma com mais de 2 milhões de residentes, totalizando 2.497.422 (10%), 2.231.385 (9%) e 2.019.555 (8%), respectivamente (INE, 2014)..

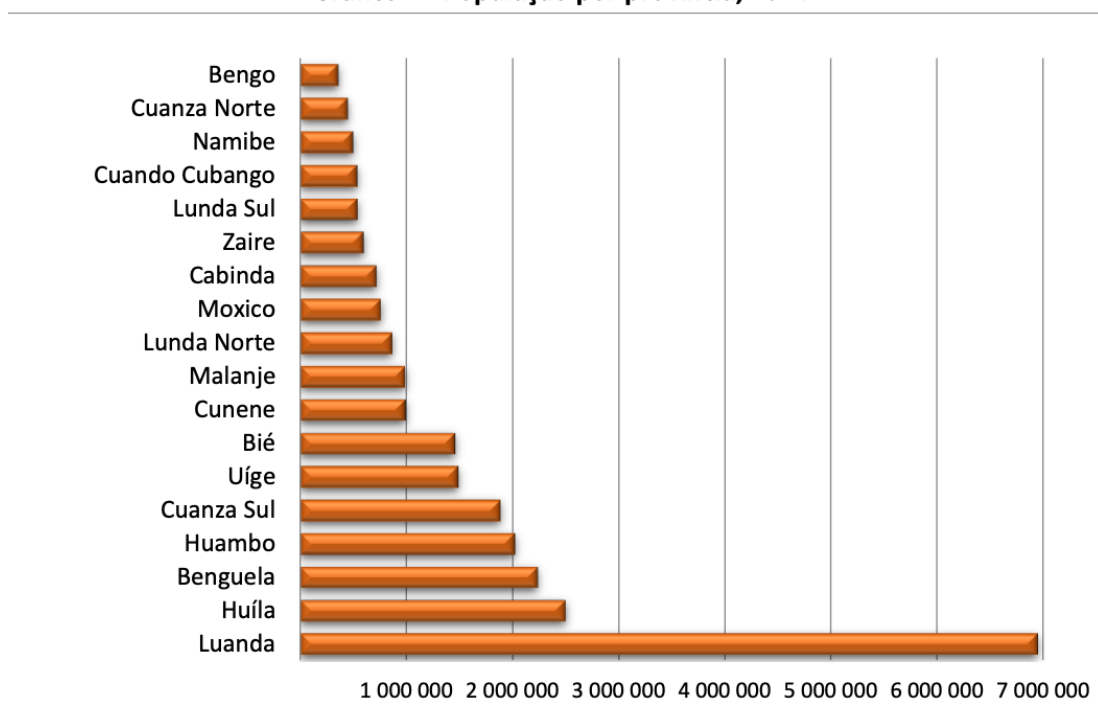


Gráfico 1: População por províncias. Fonte INE.

Os números relacionados a Luanda refletem o rápido crescimento da urbanização. Essa tendência é resultado, em grande parte, de investimentos nas políticas públicas, embora ainda incipientes, mas com resultados visíveis em algumas partes do país.

Os números também indicam que Luanda tem sido o destino preferencial dos fluxos migratórios, independentemente de sua intensidade, originados em todas as outras áreas do país. Essa preferência contribui para as enormes assimetrias geográficas em termos de densidade demográfica. Enquanto os municípios de Luanda e Cazenga registram densidades muito altas, observamos o extremo oposto nos municípios de Quissama, com apenas 2 habitantes por quilômetro quadrado, e Icolo e Bengo, com 24 habitantes (Censo, 2014), o que, em nossa opinião, justifica as estatísticas relacionadas às zonas rurais.

2.6. Os níveis de escolaridade

No mundo em constante industrialização e modernização, a educação desempenha um papel de extrema importância no processo de desenvolvimento socioeconômico (Almeida *et al.*, 1986). A qualidade da formação acadêmica dos habitantes de um país

está intrinsecamente ligada ao seu grau de desenvolvimento. Portanto, os níveis de escolarização são elementos fundamentais na avaliação do progresso e das transformações socioeconômicas.

A taxa de alfabetização em Angola é de 66% a nível nacional, mas essa média esconde disparidades significativas (Chioia *et al.*, 2014). Nas áreas urbanas, a taxa de alfabetização é cerca do dobro da das áreas rurais, com 79% nas áreas urbanas e 41% nas áreas rurais. Além disso, existe uma notável diferença entre gêneros, com 80% dos homens alfabetizados em comparação com apenas 53% das mulheres. A população idosa é a que tem maior dificuldade em ler e escrever, com apenas 27% dos indivíduos com 65 anos ou mais possuindo alfabetização. Vide quadro abaixo:

País e área de residência	População com 15 ou mais anos	População que sabe ler e escrever	Taxa de alfabetismo
Angola	13 592 528	8 915 628	65,6
Urbana	8 706 580	6 908 680	79,4
Rural	4 885 947	2 006 945	41,1

Tabela 5: População com 15 ou mais anos que sabe ler e escrever por área de residência, segundo sexo.

Nesta seção, procedemos à análise da evolução do ensino em Angola, a partir dos resultados apresentados no Censo 2014 (Diário de Notícias, 2018), para que, com eles, possamos indagar e recolher metodologicamente algumas conclusões que permitirão proceder à construção de análises em prol do trabalho que se pretende desenvolver.

Começamos por um olhar global para extrair dados comparativos que demonstrem assimetrias, não obstante, o raio de incidência serão basicamente os dados concernentes à cidade de Luanda, tendo em atenção que é nela que recai a maior necessidade de estudo. Não é nossa pretensão proceder a uma análise global, de modo a não desviar daquilo que constitui o verdadeiro objetivo do nosso trabalho. Neste caso, faremos uma abordagem sumária geral, em que iremos aprofundar especificamente o IIº ciclo do ensino Secundário e o Ensino Superior, sendo que, em nossa opinião, trata-se de níveis cuja correlação oferece-nos uma visão mais ampla, no sentido de melhor compreender algumas dinâmicas sociais na constituição de algumas classes sociais (Almeida *et al.*, 1986).

O quadro abaixo ilustra os indicadores dos níveis de educação e ensino por área de residência e sexo.

Nº	INDICADORES	Angola	Área de Residência		Sexo	
			Urbana	Rural	Homens	Mulheres
4 Educação e Ensino						
4.1	Proporção da População com 6-17 anos de idade que nunca frequentaram a escola	13.4	6.8	25.2	12.3	14.2
4.2	Proporção da População com 6-17 anos de idade a frequentar a escola	81.5	88.6	69.0	82.9	80.2
4.3	Taxa líquida de frequência do ensino primário	76.0	83.6	63.5	76.1	75.9
4.5	Taxa líquida de frequência do I ciclo do ensino secundário	15.4	21.6	3.3	15.2	15.5
4.6	Taxa líquida de frequência do II ciclo do ensino secundário	8.3	12.0	1.0	8.6	8.0
4.7	População com 24 ou mais anos de idade com ensino superior concluído	234 676	226 732	7 944	140 555	94 121
5. Alfabetismo						
5.1	Proporção da população com 15 ou mais anos de idade que sabe ler e escrever	65.6	79.4	41.1	80.0	53.0
5.2	Proporção da população com 15-24 anos de idade que sabe ler e escrever	76.9	87.7	54.7	40.4	36.5

Tabela 6: Indicadores dos níveis de educação e ensino por área de residência e sexo. Fonte: INE

A questão da qualificação de classes dos estudantes é particularmente controversa (Chioia *et al.*, 2014). Para além dos problemas gerais que a teoria debate, surgem aqui, com efeito, dificuldades específicas. Uma delas resulta, simplesmente, de serem em geral jovens, isto é, de o respectivo trajeto futuro ser virtualmente bem mais significativo e caracterizador do ponto de vista de classe que o segmento que para trás deixaram. A maioria não está sequer ainda a desempenhar atividades profissionais (Almeida *et al.*, 1986).

O que se requer na verdade, passa também por perceber a posição do jovem e a relação da juventude com a faculdade, no sentido, de se conceber um entendimento sobre o real valor desta franja, as suas expectativas em relação ao futuro, as suas maiores aspirações, e qual de facto é a importância que se lhe é dada, se existe ou não um espaço que lhe permite exprimir a reprodução das suas ideias, para demonstrar que não são meros consumidores de ideias, mas contribuem de forma eficaz para a produção de novas ideias com o intuito de contribuir para o desenvolvimento do país (Chioia *et al.*, 2014).

As relações entre os jovens e a universidade em Angola têm interessado a vários pesquisadores angolanos, inseridos em diversas áreas do conhecimento, tais como Pedagogia, Sociologia, Psicologia, Serviço Social, Filosofia, entre outras (Chioia *et al.*,

2014). No entanto, a pesquisa bibliográfica revelou que ainda são escassos os estudos sobre a juventude angolana, especialmente sobre a juventude universitária em Angola (Chioia *et al.*, 2014).

Encontramos a tese de doutoramento de Samba (2012), que trata dos significados do trabalho informal realizado por jovens migrantes em Luanda e exemplifica a tônica dos estudos encontrados que tratam do êxodo rural, do desemprego e do trabalho precário dos jovens em Angola. A juventude angolana enfrenta muitos desafios. É vista de forma ambígua, ora ressalta-se o seu potencial de trabalho e de participação social e política na reconstrução da sociedade angolana, ora é vista com desconfiança e reduzida a um “problema social” a ser contido (Chioia *et al.*, 2014).

A visão de que a juventude é uma etapa da vida de preparação para o futuro, muitas vezes acaba por retirar ao jovem a possibilidade de participar, de tomar decisões no tempo presente (Chioia *et al.*, 2014). Ainda que o jovem seja visto como um sujeito de direitos, muitas vezes não é compreendido como sujeito político, capaz de exercício de cidadania e de expressar com sua própria voz as suas demandas e decisões (Chioia *et al.*, 2014).

Nesse sentido, a discussão sobre os jovens estudantes angolanos encontra eco em Castro (2011), quando a autora aponta que muitas sociedades, em diversas épocas, consideravam “os jovens como aprendizes, como aqueles que não sabiam nem de si, nem do mundo e, como tal, deveriam se mostrar submissos às referências simbólicas das gerações anteriores” (p. 302). Quando se fala em ser jovem, está-se a falar de um estilo de vida que vai além da definição da idade, mas que se associa à potencialidade de construção de uma sociedade melhor.

Pais (2003) considera que é bastante comum não somente associar a juventude à faixa etária, mas também à “imaturidade psicológica” (Chioia *et al.*, 2014). Tratar os jovens como “imaturos” e “irresponsáveis” significa excluí-los das decisões políticas, da participação social e comunitária (Chioia *et al.*, 2014).

A pesquisa sobre a trajetória dos jovens universitários em Angola pautou-se por considerá-los como sujeitos activos e capazes de expressar os significados atribuídos às

experiências vividas e os sentidos construídos em torno do ensino superior (Chioia *et al.*, 2014). Neste sentido, a pesquisa considerou a dimensão sociocultural da juventude universitária como categoria analítica capaz de compreender a diversidade de significados e sentidos que os jovens atribuem às experiências de vida e ao ensino superior.

Além disso, a pesquisa também considerou as dimensões de gênero, raça/etnia e classe social como categorias capazes de mostrar as diferenças nas experiências de vida dos jovens universitários, em uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais, de gênero e raciais.

Em suma, a educação em Angola enfrenta desafios significativos, desde a alfabetização até o ensino superior. A disparidade na taxa de alfabetização entre áreas urbanas e rurais, bem como entre homens e mulheres, é uma preocupação. Além disso, a juventude angolana enfrenta dificuldades no acesso à educação de qualidade e na transição para o mercado de trabalho. A pesquisa acadêmica sobre a juventude universitária em Angola está em desenvolvimento, mas há uma necessidade de mais estudos para compreender melhor as experiências e desafios enfrentados por esses jovens.

2.7. A problemática da habitação

A questão da habitação em Angola tem sido uma preocupação de longa data, com uma densidade populacional considerável no país. A guerra que assolou Angola contribuiu para atrasar a reconstrução do país no que diz respeito à provisão de moradias para a população. Apesar dos avanços, o número de habitações construídas ainda não atende adequadamente às necessidades da população. Até recentemente, essa situação representava um grave problema que necessitava de atenção.

Historicamente, a questão da habitação em Angola foi abordada com uma perspectiva de desresponsabilização do Estado na resolução desse problema. O Estado, por vezes, implementava políticas que tinham pouco ou nenhum efeito, enquanto em outras ocasiões, permanecia inerte diante das dificuldades e do rápido crescimento urbano, o que afetava o processo de urbanização.

Para combater as disparidades urbanas e os problemas decorrentes da desestruturação urbana, o Estado passou a desenvolver programas que visavam resolver a questão da habitação. Em 2014, a maioria das habitações familiares era do tipo convencional, representando cerca de 14% do total. As casas do tipo cubata correspondiam a aproximadamente 23% do total. A maioria das famílias vivia em habitações próprias (70%), enquanto 19% viviam em casas alugadas e apenas 6% estavam em processo de compra de casas.

Província e área de residência	Total	Total	Regime de ocupação									
			Arrendada		Total	Próprio			Total	Cedida		Não declarado
			Estado	Privado		Totalmente paga	Em processo de pagamento	Auto-construída		Estado	Privado	
Angola	100%	19%	4%	96%	76%	5%	3%	92%	5%	17%	83%	0%
Urbano	61%	94%	86%	94%	52%	85%	91%	49%	73%	77%	73%	76%
Rural	39%	6%	14%	6%	48%	15%	9%	51%	27%	23%	27%	24%

Tabela 7: Regime de ocupação por província. Fonte: INE, RGPH 2014, Resultados Definitivos.

A aquisição de habitações dignas tornou-se um processo complexo devido aos custos elevados, que muitas vezes excediam os salários de grande parte da população. Para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, o Estado angolano empreendeu a construção de urbanizações com aluguéis acessíveis, destinadas a trabalhadores de diversas classes sociais, especialmente aqueles com rendimentos insuficientes para pagamento à vista.

Analisando os dados apresentados no Quadro 4, observa-se que em todo o país havia um total de 5.544.834 habitantes com habitações, próprias ou não. Essa situação reflete os desafios persistentes na aquisição de moradias enfrentados pela população angolana. Ao considerar os números específicos da cidade de Luanda, verifica-se que, em um total de 1.484.350 habitantes, 509.364 agregados familiares viviam em casas alugadas, 861.427 em casas próprias, dos quais 76.636 haviam quitado suas casas

integralmente, 57.625 estavam em processo de pagamento, e 725.166 haviam construído suas próprias casas. Além disso, 108.639 agregados familiares tinham casas fornecidas pelo Estado, entidades privadas ou outras instâncias não declaradas.

Em Angola, para adquirir uma casa própria, além de ser um processo burocrático, os salários, em grande parte, não são suficientes para cobrir os custos associados à aquisição de uma habitação. Isso tem causado um crescente descontentamento, principalmente entre os jovens, que se sentem cada vez mais excluídos das políticas de inclusão.

2.8. A internet e as telecomunicações

No cenário contemporâneo, o desenvolvimento e a disseminação das diversas formas de tecnologias desempenham um papel crucial na demonstração do grau de evolução de uma sociedade. Atualmente, a presença das tecnologias é ubíqua, exercendo influência significativa nas diversas formas de interação social. Entretanto, é essencial que avaliemos seu uso e as consequências dessa influência a partir de uma perspectiva bilateral, considerando tanto os aspectos positivos quanto os negativos. Nesse contexto, é fundamental analisar os dados estatísticos que refletem a adoção de tecnologias em Angola.

Em Angola, é evidente que a tecnologia se tornou uma presença constante na vida das pessoas. Dados estatísticos revelam que 7.803.810 angolanos, o equivalente a 37,5% da população, utilizam dispositivos móveis, enquanto 2.119.946 pessoas, correspondendo a 10,2% da população, têm acesso à internet. Esses números demonstram que a tecnologia tem alcançado uma parcela considerável da sociedade, independentemente de níveis de educação ou posição social.

A tabela abaixo é bastante ilustrativa:

Nº	INDICADORES	Angola	Área de Residência		Sexo	
			Urbana	Rural	Homens	Mulheres
8. Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação						
8.1	Proporção da População com 5 ou mais anos com acesso ao telefone móvel	37.5	46.8	21.2	40.9	30.4
8.2	Proporção da População com 5 ou mais anos com acesso ao computador	9.9	11.8	6.5	11.6	8.3
8.3	Proporção da População com 5 ou mais anos com acesso a internet	10.2	12.0	7.0	11.8	8.7

Tabela 8: Uso das tecnologias de Informação e comunicação. Fonte: INE

No entanto, é crucial que não nos limitemos à superficialidade das estatísticas. Mais do que apenas verificar os números, é importante compreender que tipo de conteúdo as pessoas têm acessado por meio dessas tecnologias. Em Angola, observa-se uma dinâmica em algumas emissoras de televisão que priorizam programas de entretenimento de baixa qualidade na busca por audiência, o que, em muitos casos, prejudica o enriquecimento do capital cultural da população.

A situação é semelhante quando se trata do uso da internet. Com o surgimento constante de novas tecnologias e ferramentas, surgem também novas questões sobre como criar mecanismos alternativos para lidar com as transformações nas formas de comunicação e interação. Isso é particularmente relevante em uma sociedade tradicional, onde o impacto do uso das tecnologias afeta imperativamente os modos domésticos de interações.

Portanto, é imperativo que haja um rigoroso controle no uso das tecnologias. Quando bem aplicadas, essas tecnologias podem impulsionar o país a posições condignas em um ritmo acelerado, facilitando processos e aumentando a eficiência em diversas áreas, como o setor de trabalho. Além disso, elas contribuem para uma economia de tempo valioso, por meio do acesso às novas ferramentas tecnológicas de trabalho. No entanto, quando mal utilizadas, essas tecnologias têm o potencial de minar os pilares valorativos que sustentam as bases de uma sociedade.

Em suma, a disseminação e o uso das tecnologias em Angola refletem um cenário promissor em termos de acesso, mas também trazem consigo desafios relacionados ao conteúdo e às transformações sociais. Controlar e gerir essas tecnologias de maneira eficaz é crucial para que o país possa aproveitar seus benefícios, ao mesmo tempo em que preserva seus valores culturais e sociais. A análise de dados estatísticos desempenha um papel fundamental nesse processo, permitindo uma compreensão abrangente dos impactos das tecnologias na sociedade angolana.

2.9. As condições de vida em Angola

Angola, um país rico em recursos naturais, enfrenta desafios significativos em sua economia e sociedade. Apesar da abundância de recursos, a queda nos preços do

petróleo no mercado internacional desencadeou uma crise econômica e financeira que afetou drasticamente a qualidade de vida da população angolana.

A economia angolana, historicamente dependente das receitas do petróleo, sofreu fortemente com a diminuição do preço do barril. Isso levou a um aumento generalizado nos preços dos serviços e bens essenciais, resultando em uma erosão significativa do poder de compra dos angolanos. O país enfrentou dificuldades para importar produtos devido à escassez de divisas, tornando as condições de vida ainda mais precárias.

Os salários não acompanharam a dinâmica dos preços, o que exacerbou a situação, levando a um declínio na qualidade de vida da população (Rocha, 2014). O cenário econômico desafiador também gerou um aumento nos índices de criminalidade e desordem social em várias regiões do país, deixando os cidadãos preocupados com a segurança nas ruas (Rocha, 2014).

É importante destacar que, mesmo em períodos de crescimento econômico anterior, a maioria dos angolanos ainda vivia abaixo dos padrões estabelecidos pelas organizações internacionais na luta contra a pobreza (Carvalho, 2008). A crise resultante da queda do preço do petróleo exacerbou ainda mais essas desigualdades sociais preexistentes.

Relatórios econômicos da Universidade Católica de Angola demonstraram que a economia do país sofreu uma desaceleração estrutural nos últimos anos, levando a condições sociais ainda mais difíceis para os angolanos (Rocha, 2014). Cerca de 60% da população angolana sobrevive com menos de dois dólares por dia (Rocha, 2014), e a perspectiva de melhoria não é clara.

Apesar dos índices de crescimento observados, nota-se que Luanda continua a ser uma cidade de várias assimetrias. Se olharmos para os dados que o **quadro nº 5 nos oferece, relactivamente aos agregados familiares por província e área de residência, segundo o principal tipo de iluminação**, iremos rapidamente perceber que num universo de 1 484 350 agregados familiares, 991 722, têm acesso a eletricidade da rede pública, 52 405 ainda utiliza candeeiro, 142 813, faz o uso da vela, 1834, utiliza lenha, 91 745, lanterna e 492 faz o uso de outras matérias para obtenção de energia.

Província e área de residência	Número de agregados familiares	Tipo de iluminação						
		Elettricidade da rede pública	Candeeiro	Velas	Lenha	Gerador	Lanterna	Outro
Angola	100%	32%	14%	8%	5%	29%	222%	26%
Urbano	61%	97%	39%	85%	4%	84%	31%	7%
Rural	4%	3%	61%	15%	96%	16%	69%	2%

Tabela : Iluminação por residência. Fonte: INE, RGPH 2014, Resultados Definitivos.

Além dos problemas econômicos, questões como acesso limitado a serviços básicos, como água, energia elétrica e saneamento, têm persistido. Durante as chuvas, muitas cidades ficam inundadas, dificultando o trânsito e criando condições propícias para a propagação de doenças, como o paludismo (Carvalho, 2008).

O governo angolano enfrenta o desafio de equilibrar a balança econômica do país e adotou políticas de contenção de gastos para reduzir custos devido à alta dívida pública (Rocha, 2014). Isso resultou em cortes em setores-chave, principalmente na área social (Rocha, 2014).

Em suma, Angola enfrenta uma série de desafios socioeconômicos decorrentes da queda dos preços do petróleo no mercado internacional. A desigualdade social persistente, a erosão do poder de compra e a falta de acesso a serviços básicos são questões críticas que exigem atenção do governo e da sociedade civil para melhorar as condições de vida da população angolana (Hespanha, 2001; Rocha, 2014; Carvalho, 2008).

2.10. Uma nova constituição socioprofissional

A análise dos dados do Censo 2014 revela claramente que os últimos anos testemunharam profundas transformações em Angola, abrangendo os âmbitos político, econômico e social. Diante dessas evidências, torna-se imperativo acompanhar essas dinâmicas em evolução, adotando estratégias atualizadas e uma consciência crítica aguçada para enfrentar esse cenário desafiador.

Um indicador crucial desse crescimento está relacionado à população e sua distribuição, afetando diretamente a reconstituição socioprofissional local. Isso se deve ao intenso crescimento econômico que ocorreu em Angola, resultando em uma taxa de atividade de 53% em 2014, com 61% para homens e 45% para mulheres. Geograficamente, a província do Cuanza-Sul registra a taxa mais alta, com 62%, seguida por Malange, com 60%, enquanto Lunda-Sul e Cunene apresentam as menores taxas, com 38% e 39%, respectivamente. Gráfico abaixo:

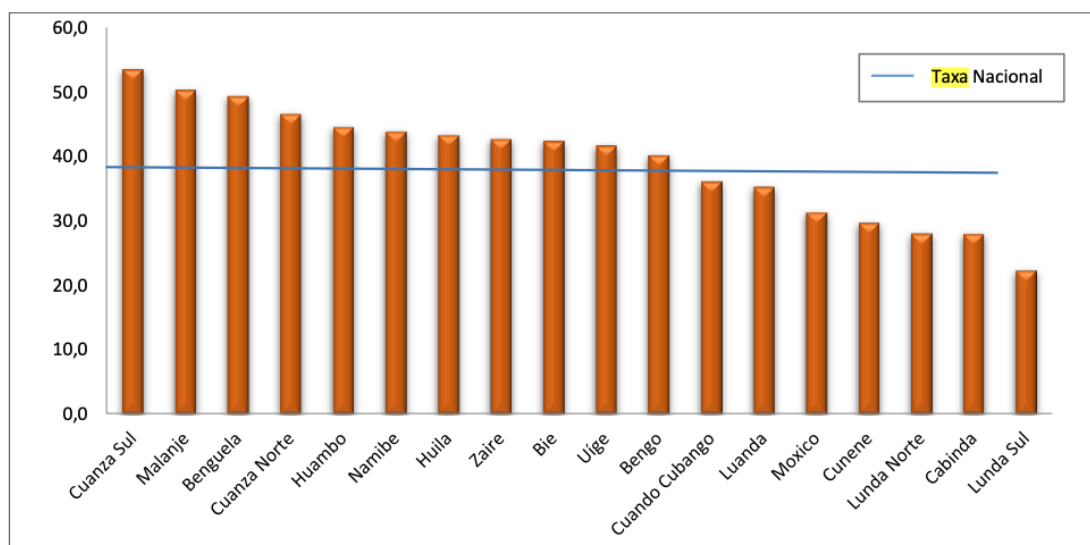


Gráfico 2: Província com taxa mais alta de população. Fonte: INE.

É fundamental analisar cuidadosamente esses números, considerando que a taxa de atividade está intrinsecamente ligada ao crescimento econômico e aos níveis de qualificação da população. Em Angola, a combinação desses fatores foi essencial para os números do censo. A evolução do ensino em Angola, especialmente em Luanda, fornece subsídios que fundamentam essa afirmação.

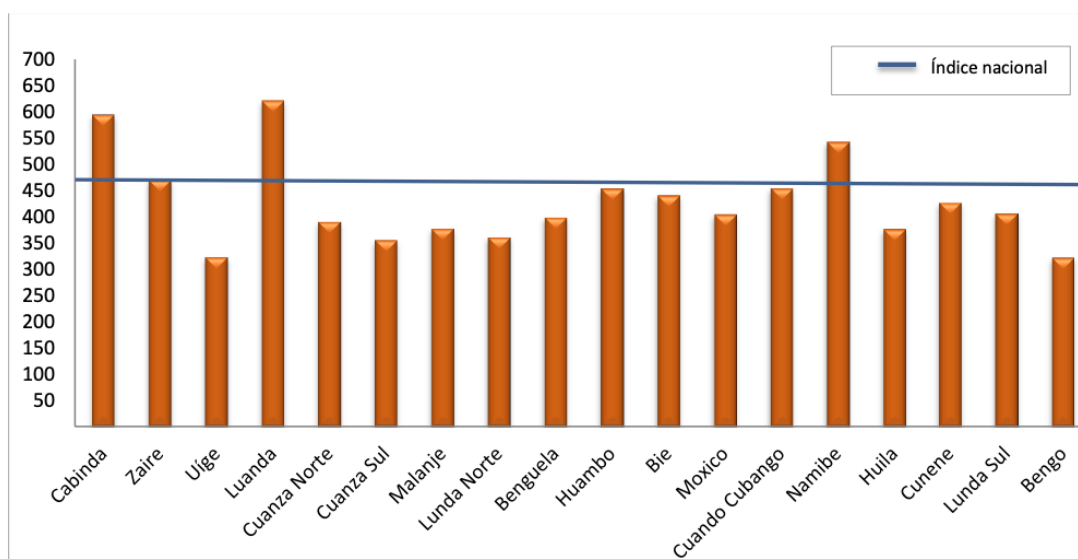


Gráfico 3: Índice de rejuvenescimento da população activa por província, 2014. Fonte: INE.

Ao analisar o índice de rejuvenescimento da população activa, que mede a relação entre pessoas de 20-29 anos e pessoas de 55-64 anos, observamos que, em 2014, esse índice era de 457. Isso significa que, potencialmente, para cada 100 pessoas que saem do mercado de trabalho, entram 457, indicando um aumento significativo da população activa em comparação à que sai.

Esses dados revelam uma realidade socioprofissional única. A juventude da população angolana desempenha um papel fundamental nesse cenário, contribuindo para equilibrar a oferta de empregos, desde que a economia permaneça robusta. Como resultado, a taxa de atividade tende a aumentar ou, na pior das hipóteses, a se manter equilibrada.

Além disso, observa-se um aumento significativo da participação das mulheres no mercado de trabalho, uma mudança influenciada por questões socioculturais. Esse segmento tem acompanhado as transformações globais, com mais mulheres ingressando em faculdades, nos negócios e em cargos de liderança. A mudança de papéis tradicionais de gênero, onde as mulheres também se tornam provedoras, é uma realidade que está moldando a sociedade angolana.

A taxa de actividade permite avaliar a relação entre a população economicamente activa e a população com 15 ou mais anos. Em 2014, a taxa de actividade em Angola era de 53%, sendo 61% para os homens e 45% para as mulheres (INE, 2014).

Vide tabela abaixo:

Taxa de atividade por sexo

	Total	Homens	Mulheres
Angola	52,8	61,1	45,4

Tabela 9: taxa de atividade por sexo. Fonte: INE.

A inserção crescente das mulheres no mercado de trabalho é um dos principais motores de mudança na sociedade angolana. Políticas governamentais também estão promovendo os direitos das mulheres no trabalho, garantindo que a maternidade não seja mais motivo para a perda de emprego. A mulher angolana está ocupando seu espaço cada vez mais, influenciando positivamente as relações familiares e o estilo de vida da sociedade.

Em resumo, a evolução da população ativa em Angola reflete não apenas o crescimento econômico, mas também mudanças socioculturais profundas. A participação crescente das mulheres e a juventude da população ativa são tendências notáveis que marcam uma etapa significativa na história de Angola. No entanto, é importante observar que o congelamento temporário de concursos públicos e outros desafios econômicos podem afetar essa dinâmica nos anos seguintes. Além disso, as características econômicas de diferentes províncias influenciam esses indicadores, com a agricultura desempenhando um papel crucial em algumas áreas e outros setores prevalecendo em Luanda.

2.11. A Evolução dos Setores Econômicos em Angola e sua Implicação na Distribuição das Atividades Econômicas

Uma análise rápida da evolução dos três setores econômicos em Angola nos ajuda a compreender a dinâmica distributiva das atividades econômicas no país. É crucial

entender a distribuição da população ativa entre esses setores e o impacto do setor predominante na divisão social do trabalho em Angola.

A agricultura ainda desempenha um papel significativo na empregabilidade, representando 70% do índice de empregabilidade do país. Gráfico ilustrativo abaixo:

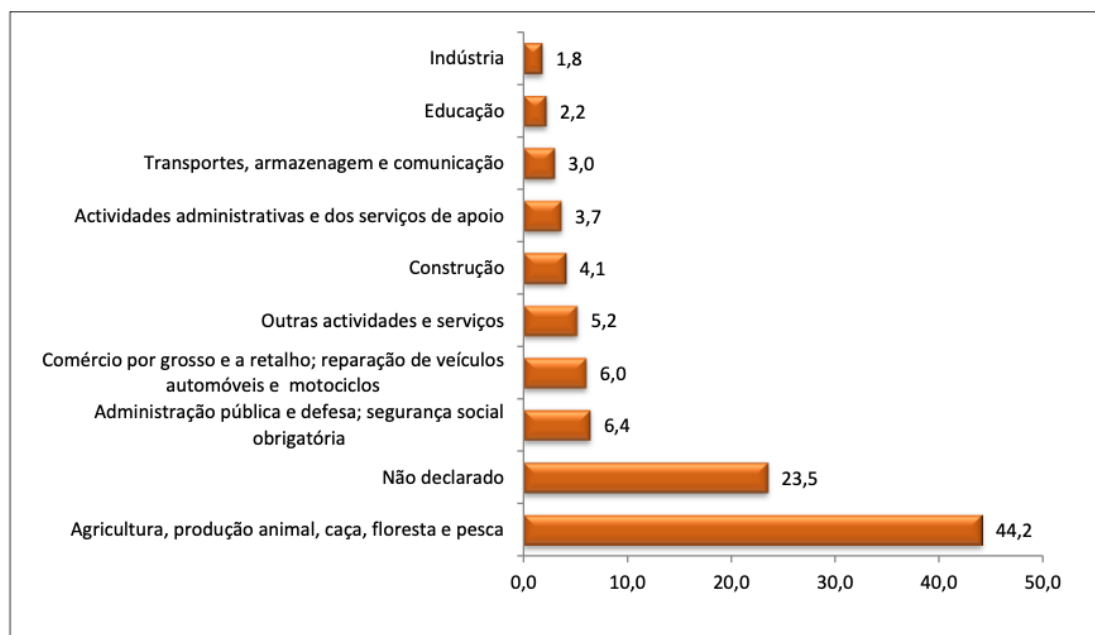


Gráfico 4: População empregada, segundo a principal atividade. Fonte: INE.

No entanto, ao longo dos anos, Angola enfrentou carências graves em todos os níveis, acompanhadas de desmoralização, indisciplina, desorganização e declínios acentuados na produção.

“As produções industriais, agrícolas e mineira, já negativamente afetadas pelas distorções criadas com a guerra civil e as tentativas anteriores de manutenção de uma economia dirigida, foram ainda mais reduzidas devido às restrições à livre circulação de pessoas e mercadorias e à má gestão macroeconómica” (Roque, 1997, p. 25).

O desinvestimento na agricultura, especialmente em relação ao crescimento populacional exponencial, resulta em uma produção agrícola mínima, levando a gastos

significativos na importação de alimentos e produtos essenciais que poderiam ser produzidos localmente.

A economia angolana historicamente dependeu das receitas do petróleo, o que levou a um investimento insuficiente em outros setores econômicos. No entanto, é importante reconhecer o papel crucial da agricultura na distribuição do rendimento nacional e na redução da pobreza e das desigualdades.

Segundo o INE (2016) o mercado de trabalho concentra cerca de 40.0 % da população com 15 ou mais anos, sendo que as actividades do sector primário concentram 44.2%, as do secundário 6.1%, e as do terciário 26.2% e enquanto que 23.5% da população residente não declarou a sua actividade.

Angola possui um potencial significativo para a agricultura e precisa acelerar programas de investimento sérios para diversificar sua economia e criar uma base sólida para o desenvolvimento. No entanto, essa diversificação requer uma abordagem cuidadosa e realista, pois implica mudanças profundas nos métodos de produção econômica e terá implicações nas áreas sociais.

Dadas as condições econômicas críticas enfrentadas pelo país, com alta dívida pública e externa, as autoridades angolanas têm estudado medidas para aumentar a cultura tributária. Isso pode levar à precarização da vida social dos angolanos, aumentando a necessidade de alternativas, como o comércio e a prestação de serviços.

É importante reconhecer que a diversificação econômica também significa mudanças nos hábitos e costumes da sociedade angolana, bem como nas relações entre indivíduos e instituições. Essas mudanças podem ser complexas e precisam ser gerenciadas com cuidado para evitar consequências indesejadas.

Portanto, a diversificação da economia angolana é uma jornada que requer uma abordagem gradual e responsável, levando em consideração as implicações sociais e culturais dessa transformação.

2.12. As características da estrutura socioprofissional

As dinâmicas já analisadas ao longo deste trabalho culminam na demonstração do estado da estrutura socioprofissional e na morfologia em que estão pautadas as questões da divisão social do trabalho em Angola. O conjunto de análises feitas, tais como a demografia, as assimetrias regionais e suas consequências, os fluxos migratórios, os efeitos da guerra, o crescimento do ensino e a evolução da participação feminina, ganha agora consistência, pois nesta etapa constatamos suas reais manifestações.

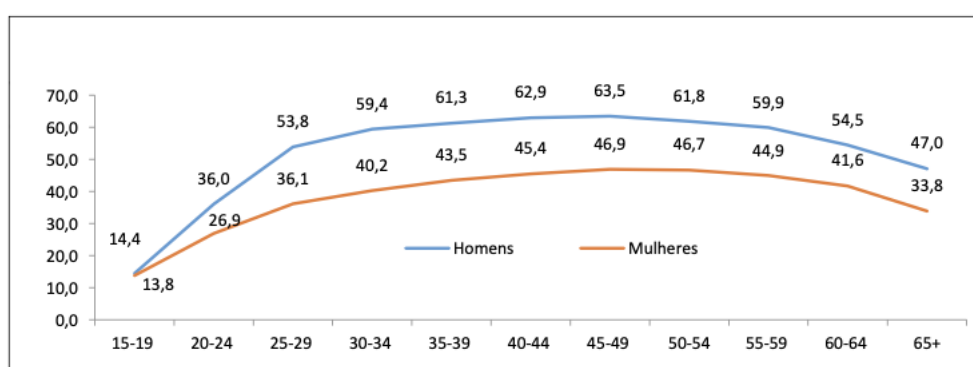


Gráfico 5: Taxa de emprego, segundo grupos etários e sexo. Fonte: INE.

Ao analisarmos o gráfico acima percebemos que os principais grupos profissionais tendem a assumir características próprias e apresentam números bastante variáveis, demonstrando claras discrepâncias em suas distribuições. Isso indica uma clara assimetria na divisão e distribuição do trabalho em Angola. No entanto, essas particularidades podem ser explicadas também por outras vertentes, como as complexidades inerentes às dificuldades iniciais previstas nos desequilíbrios do sistema nacional de educação, que provocaram novas formas de desigualdades estruturais.

Os trabalhadores agrícolas, por um lado, e os especialistas das atividades intelectuais, por outro, são os grupos profissionais com maior proporção de indivíduos acima dos 45 anos, mas por razões diferentes. No segmento do grande grupo dos agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, pesca e floresta, são todos os que desempenham essas atividades voltadas para o mercado. Em uma população representativa de 5.442.685, existem 2.344.724 de pessoas que exercem a prática da

agricultura. É importante destacar que, apesar dos números elevados, o setor agrícola é o que mais emprega, com uma participação percentual de 70% no índice de empregabilidade em Angola.

Ocupação	Total			15 - 24 anos			25 - 49 anos			50 - 64 anos			65 ou mais anos		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	5 442 685	3 005 757	2 436 928	1 033 075	544 520	488 555	3 365 012	1 903 010	1 462 002	802 424	433 578	368 846	242 174	124 649	117 525
Profissões especificamente militares	61 777	58 629	3 148	4 283	3 946	337	48 475	46 154	2 321	8 480	8 022	458	539	507	32
Representantes dos poderes legislativo e executivo, dirigentes, directores e gestores executivos	103 215	83 063	20 152	5 904	4 324	1 580	73 353	58 231	15 122	20 890	17 699	3 191	3 068	2 809	259
Especialistas das actividades intelectuais e científicas	294 217	181 754	112 463	28 604	17 965	10 639	218 143	130 541	87 602	44 374	30 754	13 620	3 096	2 494	602
Técnicos e profissionais de nível intermédio	197 835	138 718	59 117	25 194	17 016	8 178	144 979	101 053	43 926	25 702	19 141	6 561	1 960	1 508	452
Pessoal administrativo	50 187	29 633	20 554	9 417	5 320	4 097	34 327	19 841	14 486	6 012	4 122	1 890	431	350	81
Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores	671 036	305 508	365 528	116 692	46 106	70 586	479 719	221 451	258 268	67 134	34 689	32 445	7 491	3 262	4 229
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	2 344 724	1 040 149	1 304 575	493 615	215 748	277 867	1 228 979	540 412	688 567	435 217	193 002	242 215	186 913	90 987	95 926
*Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	280 744	267 586	13 158	60 792	58 043	2 749	192 141	183 316	8 825	24 016	22 648	1 368	3 795	3 579	216
Operadores de instalações de máquinas e trabalhadores da montagem	144 732	140 893	3 839	20 874	20 072	802	109 721	107 160	2 561	13 037	12 623	414	1 100	1 038	62
Trabalhadores não qualificados	259 635	81 040	178 595	48 893	18 790	30 103	172 938	50 815	122 123	31 923	9 196	22 727	5 881	2 239	3 642
Não declarado	1 034 583	678 784	355 799	218 807	137 190	81 617	662 237	444 036	218 201	125 639	81 682	43 957	27 900	15 876	12 024

Fonte: INE, RGP 2014, Resultados Definitivos

Tabela 10: População residente empregada com 15 ou mais anos de Idade por população por idade e sexo. Fonte: INE.

A Província do Cuanza-Sul constitui o maior polo de empregabilidade nacional, pois é onde as atividades agrícolas são realizadas em maiores escalas. No entanto, as práticas agrícolas nessa região estão mais voltadas para a subsistência ou a comercialização de pequena escala, visando garantir meios de sobrevivência. Portanto, a precariedade persiste entre essa população, ilustrando a miséria que muitos ainda enfrentam. Por isso, é essencial aprofundar estudos e análises para compreender essas realidades.

Em relação aos especialistas das atividades intelectuais e científicas e aos técnicos profissionais de nível intermediário com níveis de competências (3⁵ e 4⁶), eles também apresentam uma presença numérica significativa na faixa dos 25 aos 49 anos. Isso está relacionado aos atrasos sistemáticos que o sistema de ensino angolano sofreu devido à guerra, levando muitos especialistas e técnicos formados na era colonial e no período pós-guerra a permanecerem por muitos anos nessa esfera, sem renovação significativa.

⁵ O nível de competências 3 – envolve a execução de tarefas técnicas e práticas complexas, compreendendo a preparação de estimativas de quantidades, custos de materiais e mão-de-obra para um projeto específico, a coordenação e supervisão das atividades de outros trabalhadores e a execução de funções técnicas de apoio aos especialistas. (Classificação profissional, REV, 1)

⁶ O nível de competências 4 – envolve a execução de tarefas que requerem a resolução de problemas complexos e a investigação de domínios específicos, diagnóstico e tratamento de doenças, conceção de máquinas e de estruturas de construção. (Classificação profissional, REV, 1)

Além disso, essas profissões exigem longos períodos de formação, o que resulta em uma presença reduzida de jovens nesse segmento.

Com o crescimento do setor de ensino em Angola e o foco do governo nesse setor, é esperado um rejuvenescimento nas áreas de especialistas em atividades intelectuais, o que poderá impulsionar o desenvolvimento dessas áreas e da pesquisa científica no país.

Em relação aos representantes dos poderes legislativos e executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos, há muito a ser analisado. Essa classe de elite possui níveis de complexidade (3 e 4), o que indica graus de instrução superiores e capital cultural significativo. No entanto, há uma certa fragmentação nesse grupo, com elites do governo e outros dirigentes e gestores executivos de alto escalão. Essa fragmentação na esfera política dificultou a mobilidade social ascendente para essa classe, que demonstra proximidade com personagens que exercem influência sobre eles.

Por outro lado, existe um segundo subgrupo nas elites que tem semelhanças com o primeiro, mas essas pessoas são o resultado das influências das elites em crescimento. À medida que a classe política cresce, essas influências se refletem nas escolhas de líderes e executivos de grandes empresas, muitos dos quais são convenientes para a elite superior.

Nos últimos anos, houve grandes transformações em várias dimensões sociais em Angola. As políticas de apoio ao empresariado angolano e a facilidade para constituir empresas resultaram em um aumento significativo na classe empresarial. No entanto, esse aumento não se reflete necessariamente em ocupações de cargos de alto escalão, o que mantém o *status quo* dessa classe social.

De maneira geral, podemos afirmar que em quase todos os grupos socioprofissionais em Angola, há uma predominância de trabalhadores na faixa etária de 25 a 49 anos, o que indica um rejuvenescimento do trabalho no país. No entanto, em alguns grupos que exigem formação e qualificação elevadas, a presença de jovens é reduzida devido ao tempo necessário para formação e experiência.

É importante observar os limites de idade ao analisar esses grupos, uma vez que muitas pessoas podem estar próximas dos 46 anos ou mais, mas o quadro não faz referência direta a essa faixa etária.

Além disso, os trabalhadores não qualificados, pessoal administrativo, operadores de instalação de máquinas e trabalhadores da montagem são grupos profissionais com uma concentração significativa de jovens, em comparação com outros grupos. Isso ocorre porque essas profissões não exigem níveis elevados de competências. Os seu *níveis de competências* equivalem a (1 e 2)⁷.

Angola passou por transformações significativas em sua estrutura socioprofissional, com sinais de crescimento e rejuvenescimento em vários setores. No entanto, ainda há muito a ser feito, mas o caminho está traçado e há perspectivas de um futuro promissor, desde que os investimentos prometidos em vários setores sejam cumpridos. A composição das classes sociais em Angola revela complexidades e influências históricas que moldaram esses grupos de maneira distinta.

2.13. A dinâmica das transformações sociais em Luanda

Nos últimos 15 anos, a sociedade luandense passou por profundas transformações sociais que moldaram a face da capital de Angola. Essas mudanças, resultantes de diversos fatores, tiveram um impacto significativo em várias esferas da vida social e econômica.

Primeiramente, os fluxos migratórios e o retorno de angolanos da diáspora desempenharam um papel crucial nesse período. O país experimentou um notável progresso econômico, tornando-se um centro de atração para estrangeiros em busca de oportunidades de vida. Não apenas estrangeiros, mas também angolanos que residiram

⁷ O nível de competências 1 – compreende a execução de tarefas simples e de rotina física ou manual. Envolve tarefas, tais como, limpeza, transporte e armazenagem manual de bens e de materiais, operar veículos não motorizados, apanhar frutos e vegetais.

O nível de competências 2 – envolve a execução de tarefas relacionadas com a operação de máquinas e equipamento elétrico, condução de veículos, manutenção e reparação destes equipamentos, tratamento e arquivo da informação

na Europa e na América por motivos de formação ou em busca de melhores condições de vida viram em Luanda a chance de concretizar seus sonhos.

O início dessa nova era coincidiu com o fim da guerra em 2002. Esse marco histórico desencadeou uma série de desenvolvimentos, incluindo a desminagem do território, a construção de estradas que ligavam a capital às províncias e parcerias com nações amigas para impulsionar a economia.

A transformação econômica desempenhou um papel central nas mudanças sociais. A participação ativa da população, especialmente das mulheres, em vários setores profissionais, incluindo o ensino, refletiu-se em índices percentuais consideráveis em comparação com os homens.

Por outro lado, o crescimento populacional, impulsionado tanto pela migração quanto pelas taxas de natalidade, trouxe desafios significativos. O aumento constante da população resultou em problemas sociais, como o aumento da pobreza devido à falta de recursos e infraestrutura para sustentar essa expansão.

Além disso, mudanças políticas e econômicas, como a adoção de um sistema democrático e a consolidação da economia de mercado, conferiram ao país uma reputação crescente e influência internacional, permitindo o desenvolvimento de estratégias de política externa mais assertivas.

Esses processos também levaram a uma recomposição socioprofissional, com ênfase na educação como meio de alcançar novos patamares sociais. Isso contribuiu para uma mudança nos valores sociais e nos estilos de vida, com foco na emancipação e na promoção da dignidade humana.

Muitos jovens, enfrentando desafios consideráveis, se recusaram a ficar passivos e, em vez disso, buscaram ativamente oportunidades de crescimento. O aumento da participação feminina no ensino e no mercado de trabalho refletiu uma nova concepção de independência e realização pessoal, apesar das barreiras sociais e econômicas.

No entanto, a heterogeneidade persiste entre as aspirações emancipatórias das mulheres, influenciadas por restrições econômicas e culturais. A cultura desempenha

um papel fundamental nesse cenário, mas as tendências motivacionais também impulsionam a luta por reconhecimento e inclusão.

Além disso, o crescimento notável do setor de especialistas em atividades intelectuais e científicas, liderado por jovens entre 25 e 49 anos, oferece esperança para o futuro, desde que políticas inclusivas e meritocráticas sejam implementadas de forma rigorosa. Isso se estende a áreas como saúde, educação e indústria, embora seja fundamental direcionar esses conhecimentos para os campos apropriados.

Os novos empresários, estimulados por políticas que visam seu crescimento, desempenharam um papel vital no desenvolvimento econômico, especialmente no setor de pequenas e médias empresas, contribuindo para o aumento da oferta de serviços.

No entanto, a sociedade angolana é complexa, com atores sociais que respondem às dinâmicas em evolução. A coexistência de atividades formais e informais é comum, muitas vezes como uma forma de complementar rendas insuficientes devido à alta dos preços dos bens.

Finalmente, o estrato social dos empresários de alto rendimento, líderes estatais e gestores de grandes empresas permanece relativamente fechado, com mobilidade ascendente frequentemente baseada em conexões estratégica

Essas transformações sociais são cruciais para a compreensão da evolução da sociedade angolana e suas estruturas sociais, bem como a emergência de novos protagonistas sociais. Elas oferecem um vasto leque de oportunidades e desafios para o futuro, impulsionando a busca por uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

CAPÍTULO III – SUGESTÕES E CONCLUSÃO

3.1. Sugestões

Para o governo:

- **Promover a distribuição mais equitativa dos recursos**, de modo a reduzir a pobreza e a desigualdade. Isso pode ser feito por meio de políticas públicas que visem a educação, a saúde, a habitação e o emprego.
- **Combater a corrupção**, que é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento econômico e social. Isso pode ser feito por meio de reformas do sistema judicial e da administração pública.
- **Promover a inclusão social**, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades. Isso pode ser feito por meio de políticas que visem a grupos específicos, como mulheres, jovens e pessoas com deficiência.

Para as empresas:

- **Criar empregos de qualidade**, que ofereçam salários justos e condições de trabalho decentes. Isso pode ser feito por meio de investimentos em tecnologia e produtividade, que permitam às empresas aumentar a sua produção sem aumentar o seu número de funcionários.
- **Promover a responsabilidade social**, investindo em projetos que beneficiem a comunidade. Isso pode ser feito por meio de programas de voluntariado, doações para instituições de caridade ou investimentos em projetos de infraestrutura.
- **Respeitar os direitos dos trabalhadores**, garantindo que todos os funcionários sejam tratados com justiça e dignidade. Isso pode ser feito por meio de políticas de emprego que proíbam a discriminação e a exploração.

Para a sociedade civil:

- **Atuar como fiscalizadora do governo e das empresas**, de modo a garantir que eles cumpram as suas responsabilidades sociais. Isso pode ser feito por meio de organizações não governamentais (ONGs), sindicatos e outros grupos de defesa de direitos.
- **Promover a educação e a conscientização sobre as questões sociais**, de modo a incentivar as pessoas a se envolverem na mudança social. Isso pode ser feito por meio de campanhas de sensibilização, programas educacionais e atividades culturais.
- **Apoiar iniciativas de desenvolvimento local**, que visem a melhorar a vida das comunidades. Isso pode ser feito por meio de voluntariado, doações ou investimentos.

A estrutura social Angolana é complexa e dinâmica, com uma forte desigualdade social. A classe dirigente, composta por políticos, empresários e outros indivíduos com alto poder e influência, concentra uma grande parte da riqueza do país. A classe média, por sua vez, é fragmentada e com níveis de renda e status variados. A classe popular, que representa a maioria da população, vive em condições precárias de vida.

As sugestões apresentadas neste capítulo são importantes para promover o desenvolvimento social e econômico de Angola. O governo, as empresas e a sociedade civil devem trabalhar juntos para reduzir a desigualdade social, promover a inclusão e garantir que todos os cidadãos tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades.

Conclusão

Este estudo representa uma contribuição significativa para o campo da sociologia em Angola e além. Ao analisar detalhadamente as classes sociais no contexto específico de Luanda, o trabalho oferece uma visão aprofundada das dinâmicas sociais e econômicas do país. Além disso, ao incorporar as teorias de pensadores sociais renomados, como Marx, Weber e Bourdieu, esta pesquisa estabeleceu um alicerce teórico sólido para futuros estudos sobre estratificação social e desigualdades.

Ao longo deste estudo, destacou-se a presença de divisões sociais profundas em Luanda, resultado de fatores históricos e contemporâneos, incluindo a guerra civil e suas consequências devastadoras. A análise das classes sociais revelou não apenas desigualdades econômicas, mas também desigualdades educacionais, de habitação e de acesso a oportunidades.

Os objetivos estabelecidos para este trabalho foram alcançados com sucesso. Foram identificadas as principais características das classes sociais em Angola, bem como as dinâmicas subjacentes à estrutura social. Além disso, as análises realizadas permitiram uma compreensão mais profunda das desigualdades presentes na sociedade luandense.

As implicações práticas deste estudo são notáveis.

Contudo, é importante reconhecer as limitações desta pesquisa. Os dados do Censo Populacional de 2014, embora sejam uma fonte valiosa de informações, podem estar desatualizados, e as condições sociais e econômicas podem ter evoluído desde então. Além disso, a abordagem quantitativa utilizada pode não capturar totalmente a complexidade das classes sociais. Pesquisas futuras podem se beneficiar da incorporação de métodos qualitativos para uma compreensão mais profunda das experiências das pessoas em diferentes estratos sociais.

Em última análise, este estudo reafirma a importância contínua da pesquisa social no enfrentamento das desigualdades sociais e na promoção do desenvolvimento inclusivo. A compreensão das classes sociais desempenha um papel crucial na construção de políticas públicas eficazes e na promoção de uma sociedade mais justa e equitativa. À

medida que Angola avança em seu caminho de desenvolvimento, a análise contínua das classes sociais continuará a ser uma ferramenta valiosa para orientar os esforços em prol de um futuro mais promissor para o país e suas comunidades.

As recomendações apresentadas no terceiro capítulo oferecem orientações claras para políticas públicas e ações concretas que podem ser adotadas para enfrentar as desigualdades sociais em Angola. O governo, as empresas e a sociedade civil podem se beneficiar das sugestões apresentadas, visando à redução das disparidades e ao fomento do desenvolvimento inclusivo.

Para o governo, é fundamental promover políticas públicas que visem à redistribuição equitativa de recursos, combater a corrupção e garantir a inclusão social. Isso pode ajudar a reduzir a pobreza e a desigualdade em Angola.

No contexto das empresas, é importante criar empregos de qualidade, promover a responsabilidade social e respeitar os direitos dos trabalhadores. Isso contribuirá para um ambiente de trabalho mais justo e para o desenvolvimento da comunidade.

A sociedade civil também desempenha um papel fundamental na promoção da mudança social. Atuando como fiscalizadora do governo e das empresas, promovendo a educação e a conscientização sobre questões sociais e apoiando iniciativas de desenvolvimento local, a sociedade civil pode desempenhar um papel ativo na transformação positiva da sociedade luandense.

Em resumo, este estudo ressaltou a necessidade de abordar as profundas divisões sociais e de buscar soluções para promover um desenvolvimento mais equitativo em Angola. Essas questões não são apenas acadêmicas, mas também têm implicações práticas para o bem-estar e o futuro de todos os cidadãos Angolanos.

Bibliografia

- Anderson, J. L. (2000). *A Guerra Civil de Angola*. Lisboa, Portugal: Guerra e Paz.
- Andreski, S. (1971). *Social and political change in the twentieth century*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Calado, A. (1997). *Angola: Economia e Sociedade*. Lisboa, Portugal: Edições Afrontamento.
- Carvalho, A. (2008). *Angola: Políticas sociais e desafios do desenvolvimento*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Carvalho, P. (2008). *Angola: História e Sociedade*. Lisboa, Portugal: Edições Colibri.
- Castro, A. (2011). A juventude no século XXI: entre a identidade e a diferença. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (94), 297-312.
- Chioia, E., & Cruz, A. (2014). Juventude e universidade em Angola: vivências, desafios e perspectivas. *Educação & Sociedade*, 35(127), 521-540.
- Erikson, R. e Goldthorpe, J. H. (1992). *The Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies*. Oxford: Clarendon Press.
- Erikson, R., & Goldthorpe, J. H. (1992). *The constant flux: A study of class mobility in industrial societies*. Oxford: Clarendon Press.
- Esping-Andersen, G. (1993). *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Esping-Andersen, G. (1993). *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Estanque, E. (2012). *A classe média em Portugal: mobilidade social, instabilidade e fragmentação*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Estanque, Elísio; MENDES, José. *As classes sociais em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.
- Estanque, Elísio. *A classe média em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.
- Estanque, E. (2012). *A classe média em Portugal: transformações e desafios*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Giddens, A. (1993). *The consequences of modernity*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Hespanha, P. (2001). *A pobreza em Angola*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Hodge, L. (2003). *Angola: A Nation in Search of Itself*. Basingstoke, Reino Unido: Palgrave Macmillan.

Hodges, T. (2002). Angola: From Afro-Stalinism to Petro-Diamond Capitalism. Oxford, Reino Unido: James Currey.

INE. (2014). Censo da população, habitação e edifícios 2014. Luanda: INE.
INE. (2016). Resultados definitivos recenseamento geral da população e habitação. Luanda: INE.

INE. (2017). Relatório Sonip. Luanda: INE

MARX, Karl. O Capital. 4. ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. O Capital. 4. ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

Menezes, N. S. (2000). Angola: A Construção do Estado e a Desigualdade Social. Lisboa, Portugal: Editora 70.

Mesa, J. O. (2000). Angola: A Construção do Estado e a Desigualdade Social. Lisboa, Portugal: Editora 70.

Nascimento, A. (2002). Angola: A Construção do Estado e a Desigualdade Social. Lisboa, Portugal: Editora 70.

Pais, J. M. (2003). A juventude como categoria sociológica. In J. M. Pais, & A. Machado (Orgs.), A juventude em Portugal: contextos e representações (pp. 17-38). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Parkin, F. (1971). Class inequality and political order. London: MacMillan.

Pestana, N. (2011). Angola: A Construção do Estado e a Desigualdade Social. Lisboa, Portugal: Editora 70.

Rocha, P. (2014). Desafios socioeconômicos em Angola: impacto da queda dos preços do petróleo. Revista Angolana de Sociologia, 25(1), 5-20.

Sen, A. (2010). A ideia de justiça. São Paulo: Companhia das Letras.

Sen, A. (2010). The Idea of Justice. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Bourdieu, P. (2010). A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Turner, J. H. (1996). The structure of sociological theory. Chicago: The University of Chicago Press.

VIANNA, João. Classes sociais e estratificação social em Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. 2 v. 2. ed. Brasília, DF: Editora da UnB, 1974.

Artigos

- INE (Instituto Nacional de Estatística). (2014). Inquérito ao Orçamento Familiar de 2014. Luanda, Angola: Instituto Nacional de Estatística de Angola.

Organizações

- AU (União Africana). (2001). Relatório do Programa de Desenvolvimento da África, 2001-2005. Adis Abeba, Etiópia: União Africana.